



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As Forças Armadas de Cabo Verde: Missões de Interesse Público e a Colaboração com Entidades Cíveis**

**Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Adilson Fernandes Lopes**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, 9 de junho de 2016**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As Forças Armadas de Cabo Verde: Missões de Interesse Público e a Colaboração com Entidades Cíveis**

**Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Adilson Fernandes Lopes**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, de junho de 2016**

## **EPÍGRAFE**

“Valores são princípios intemporais que guiam uma Organização. Representam crenças profundamente enraizadas, evidenciadas os comportamentos diários de todos os empregados e constituem uma proclamação pública acerca do que a organização espera dos seus colaboradores”

Plano Estratégico de Segurança Interna (2009)

“A Segurança Nacional é uma dimensão estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde”

Jorge Tolentino (2011)

## **DEDICATÓRIA**

Gostaria de dedicar este trabalho em primeiro lugar, aos meus pais, Jacinto Lopes Semedo e Maria Alita Fernandes da Moura pela educação, apoio e compreensão durante todos estes anos.

Aos meus irmãos.

A minha tia Nilde pela atenção e apoio durante a minha estadia em Portugal.

Também dedico este trabalho para todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTO**

A realização deste trabalho contou com apoio e colaboração importante sem o qual era quase impossível a sua realização e que aqui gostaria de deixar publicamente o meu agradecimento:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, o Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Bernardino, professor na Academia Militar, pela disponibilidade, sugestões, correções e orientações durante a realização deste trabalho.

Ao meu Diretor de Curso de Artilharia, Tenente-Coronel de Artilharia Élio Santos, por todo apoio e disponibilidade prestado e pela formação académica que contribui para a minha formação como Artilheiro.

Aos Exmo. Brigadeiro-General Antero Matos, TCor Anildo Moraes, Capitão de Patrulha Armindo da Graça, Capitão Carlos Dias, Capitão José Tavares, Professor (Doutor) Corsino Tolentino, Doutor Jorge Homero Tolentino Araújo (Ministro de Relações Exteriores) que deram os seus contributos e o tempo precioso que dispensaram, através da realização dos questionários, que foram importantíssimos para a realização deste trabalho sem os quais não seria possível chegar a quaisquer conclusões.

Ao Coronel Martins Lavado pelo apoio e fornecimento de informação sobre Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Aos funcionários da biblioteca da Academia Militar pela ajuda e disponibilidade na pesquisa bibliográfica durante a fase de investigação.

Aos camaradas do curso Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas pela camaradagem, amizade e apoio durante a minha passagem pela Academia Militar nos últimos cinco anos.

À Embaixada de Cabo Verde em Portugal pela disponibilidade concedida e pela informação fornecida que de outra forma seria impossível obter.

Ao Capitão Eudilio Pereira pela colaboração, apoio precioso e pela disponibilidade durante o processo de investigação.

A todos vós o meu muito obrigado, um bem hajam!

## RESUMO

O presente trabalho de investigação pretende analisar as missões das Forças Armadas de Cabo Verde e a colaboração com as entidades civis na realização das designadas “Outras Missões de Interesse Público”, em prol da segurança e do desenvolvimento de Cabo Verde.

O trabalho começa com a revisão de literatura, fazendo-se o enquadramento geoestratégico e geopolítico de Cabo Verde, o enquadramento das Outras Missões de Interesse Pública imputadas às Forças Armadas de Cabo Verde com recurso à Constituição da República de Cabo Verde, Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e o Regime Geral das Forças Armadas. De seguida, apresenta-se a colaboração das Forças Armadas com as Forças e Serviços de Segurança e Sistema Nacional de Proteção Civil. Abordam-se ainda os conceitos de segurança, defesa, ameaça e risco, tendo por base o modelo Português. De acordo com o modelo de análise aplicado, conclui-se que as Forças Armadas cabo-verdianas participam ativamente na realização das Outras Missões de Interesse Público em colaboração com entidades civil, nomeadamente as Forças e Serviços de Segurança, autarquias locais e empresas privadas que prestam serviço público, e maioria das vezes em regime permanente. As Forças Armadas possuem várias capacidades e meios para realização das Outras Missões de Interesse Público, e apresentam alguns constrangimentos, nomeadamente: a falta de pessoal, recursos financeiros e alguns meios técnicos (transportes, unidades de engenharia e meios de telecomunicação). Num país como Cabo Verde, a participação das Forças Armadas nestas missões é uma mais-valia, contribuindo para a segurança, desenvolvimento do país e para a própria sobrevivência das Forças Armadas. A colaboração da Forças Armadas com as entidades civis funciona normalmente e as principais dificuldades devem-se à complexidade de coordenação e articulação, que devem ser melhoradas. A estrutura e a organização das Forças Armadas de Cabo Verde, de um modo geral, são adequados ao cumprimento deste tipo de missões. Em suma, perante o quadro geoestratégico e geopolítico de Cabo Verde, é indispensável a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização de Outras Missões de Interesse Público.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, Forças Armadas, Outras Missões de Interesse Público, Segurança Nacional e Defesa Nacional.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the missions of the Cape Verde Armed Forces and the cooperation with the civilian authorities concerning "Other missions of public interest" for the safety and development of Cape Verde.

The work begins with a literature review, making the geostrategic and geopolitical framework of Cape Verde, the composition of Other Missions of Public Interest assigned to the Cape Verdean Armed Forces according the Constitution of the Republic of Cape Verde, Strategic Concept of Defense and National Security, and the General Regulations of the Armed Forces. Then, we present the cooperation between the Armed Forces with the Forces and Security Services and the Civil Protection National System. We address security, defense, threat and risk concepts, based on the Portuguese model. According to the model of analysis applied, it was concluded that the Public Interest Cape Verdean Armed Forces actively participate in the Other Missions of in cooperation with civilian entities, namely the Forces and Security Services, local authorities and private companies that provide public service, and most of the time on a permanent basis. The Armed Forces have various capabilities and means for carrying out Other Missions of Public Interest, and face some constraints, namely, lack of personnel, financial resources and some technical means (transport, engineering units and telecommunication means). For a country like Cape Verde, the participation of the Armed Forces in those missions represents an added value, contributing to the safety, the country's development and the survival of the Armed Forces. The cooperation of the Armed Forces with civilian entities operates in a normal manner and the main difficulties come from the inadequacy of coordination and articulation that requires improvement. The structure and organization of the Cape Verde Armed Forces in general is adequate to fulfill such missions. To sum up, considering Cape Verde's geostrategic and geopolitical framework, the cooperation between Armed Forces and the civilian organizations are indispensable to carry out the Other Missions of Public Interest.

**Key words:** Cape Verde, Armed Forces, Other Missions Public Interest, National Security and National Defense



## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE .....	ii
DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTO .....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xi
ÍNDICE DE TABELAS .....	xi
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiii
INTRODUÇÃO .....	1
 CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO/REVISÃO DA LITERATURA....	3
Nota Introdutória .....	3
1.1.Enquadramento Geopolítico/ Geoestratégico de Cabo Verde.....	4
1.2.Enquadramento Legal.....	6
1.2.1.Constituição da República de Cabo Verde.....	6
1.2.2.Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional.....	7
1.2.3.Regime Geral das Forças Armadas .....	7
1.3.Forças Armadas em colaboração com as Forças e Serviços de Segurança.....	8
1.4.Conceito de Segurança Nacional e de Defesa Nacional.....	9
1.5.As Forças Armadas e o Serviço Nacional de Proteção Civil .....	12

1.6.Missões de Interesse Público.....	13
1.7.Modelo de Duplo Uso no seio das Forças Armadas.....	14
1.8.Níveis e Formas de colaboração.....	14
1.9.Missões de Interesse Público – O Caso de Portugal.....	16
Síntese Conclusiva.....	18
 <b>CAPÍTULO 2 – FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE .....</b>	<b>19</b>
Nota Introdutória .....	19
2.1.Organização/ Estrutura e Missão.....	19
2.2.Órgãos Militares de Comando.....	21
2.3.Guarda Nacional .....	22
2.4.Guarda Costeira .....	22
Síntese Conclusiva.....	23
 <b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA/MÉTODO E MATERIAIS .....</b>	<b>25</b>
Nota Introdutória .....	25
3.1.Método de abordagem .....	25
3.2.Técnicas, Procedimentos e Meios utilizados.....	25
3.3.Tipo de estudo .....	26
3.4.Material, Instrumento e Procedimento de análise de dados .....	26
3.5.Amostragem: Composição e Justificação.....	27
 <b>CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
Nota Introdutória .....	28
4.1. Apresentação e Análise das Entrevistas (análise de conteúdo) .....	28
4.2.Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas.....	40
 <b>CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
Nota Introdutória .....	45

5.1.Conclusões .....	45
5.2.Limitações de investigação.....	50
5.3.Recomendações .....	50
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>52</b>
Legislação e Regulamentos .....	52
Livros, Revista, Monografias .....	54
Sites consultados .....	55
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>Ap-1</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>An-1</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Arquipélago de Cabo Verde.....	4
Figura 2: Organograma das Forças Armadas de Cabo Verde. ....	An-2
Figura 3: Comandos Territoriais .....	An-3

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas .....	28
Tabela 2 - Síntese dos resultados da Questão n.º 1A.....	30
Tabela 3 - Análise Quantitativa da Questão n.º 1A .....	31
Tabela 4 - Síntese dos resultados da Questão n.º 2A.....	31
Tabela 5 - Análise Quantitativa da Questão n.º 2A .....	32
Tabela 6 - Síntese dos resultados da Questão n.º 3A.....	32
Tabela 7 - Análise Quantitativa da Questão n.º 3A .....	33
Tabela 8 - Síntese dos resultados da Questão n.º 4A.....	33
Tabela 9 - Análise Quantitativa da Questão n.º 4A .....	34
Tabela 10 - Síntese dos resultados da Questão n.º 5A.....	34
Tabela 11 - Análise Quantitativa da Questão n.º 5A .....	35
Tabela 12 - Síntese dos resultados das Questões n.º 6A e 2B .....	35
Tabela 13- Análise Quantitativa das Questões n.º 6A e 2B .....	36
Tabela 14 - Síntese dos resultados das Questões n.º 7A e 1B .....	36
Tabela 15- Análise Quantitativa das Questões n.º 7A e 1 B .....	37
Tabela 16 - Síntese dos resultados das Questões n.º 8A e 3B .....	37
Tabela 17 - Análise Quantitativa das Questões n.º 8A e 3B .....	38
Tabela 18 - Síntese dos resultados das Questões n.º 9A e 4B .....	39
Tabela 19 - Análise Quantitativa das Questões n.º 9A e 4B .....	39

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

<b>Apêndice A-</b> Capacidade das Forças Armadas no âmbito da colaboração com FSS. ....	Ap-2
<b>Apêndice B</b> – Carta de Apresentação .....	Ap-3
<b>Apêndice C</b> – Guião de Entrevista A.....	Ap-4
<b>Apêndice D</b> – Guião de Entrevista B.....	Ap-6
<b>Apêndice E</b> – Caraterização dos entrevistados .....	Ap-7
<b>Apêndice F-</b> Transcrição da entrevista n.º 1: Brigadeiro General Antero matos, consultor no Departamento de paz e Segurança da Comissão da União Africana.....	Ap-8
<b>Apêndice G-</b> Transcrição da Entrevista n.º 2: Tenente-Coronel Anildo Morais comandante da Guarda nacional.....	Ap-16
<b>Apêndice H</b> – Transcrição da Entrevista n.º 3: Capitão de Patrulha Armindo da Graça, ex-comandante da Esquadilha Naval .....	Ap-20
<b>Apêndice I</b> - Transcrição da Entrevista n.º 4: Capitão Carlos Gomes Dias, ajudante de Ministro de Defesa Nacional. ....	Ap-23
<b>Apêndice J</b> - Transcrição da Entrevista n.º 5: Doutor Jorge Tolentino Ministro de Relações Exteriores e ex-Ministro de Defesa Nacional. ....	Ap-26
<b>Apêndice K-</b> Transcrição da Entrevista n.º 6: Capitão-Tenente José Lopes Tavares, Diretor de COSMAR.....	Ap-30
<b>Apêndice L</b> - Transcrição da Entrevista n.º 7: Professor Doutor Corsino Tolentino, professor e investigador nas temáticas das migrações e integração regional.....	Ap-33
 <b>Anexos A:</b> Organograma das Forças Armadas de Cabo Verde .....	An-2
<b>Anexos B:</b> Comandos Territoriais.....	An-3

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AMLEP</b>	<i>African Maritime Law Enforcement Partnership</i>
<b>APA</b>	<i>American Psychological Association</i>
<b>ASA</b>	Aeroporto e Segurança aérea
<b>B O</b>	Boletim Oficial
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEDSN</b>	Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional
<b>CCOM</b>	Comando Conjunto para as Operações Militares
<b>CCOS</b>	Comissão de Coordenação Operacional de Segurança
<b>CEMFA</b>	Chefe Estado-Maior das Forças Armadas
<b>CNOS</b>	Comando Nacional de Operações de Socorro
<b>COA</b>	Comando Operacional dos Açores
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesas
<b>CRCV</b>	Constituição de República de Cabo Verde
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CSN</b>	Conselho de Segurança Nacional
<b>CSSI</b>	Conselho Superior de Segurança Interna
<b>CV</b>	Cabo Verde
<b>EA</b>	Esquadilha Aérea
<b>EMFA</b>	Estado-Maior das Forças Armadas
<b>EN</b>	Esquadilha Naval
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FACV</b>	Forças Armadas de Cabo Verde
<b>FAP</b>	Forças Armadas Portuguesa.
<b>FRI</b>	Força de Reação Imediata
<b>FSS</b>	Força e Serviço de Segurança
<b>GC</b>	Guarda Costeira

<b>GN</b>	Guarda Nacional
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>H</b>	Hipótese
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
<b>LBPC</b>	Lei de Base de Proteção Civil
<b>LDN</b>	Lei da Defesa Nacional
<b>LOBOFA</b>	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
<b>LOPE</b>	Lei Orgânica de Política do Estado
<b>LSI</b>	Lei da Segurança Interna
<b>MDN</b>	Ministro da Defesa Nacional
<b>MIP</b>	Missões de Interesse Público
<b>MJ</b>	Ministro da Justiça
<b>NBQ</b>	Nuclear, Biológica e Química
<b>NBQR</b>	Nuclear, Biológica, Química e Radiológica
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>NU</b>	Nações Unidas
<b>OMIP</b>	Outras Missões de Interesse Público
<b>ONU</b>	Organizações das Nações Unidas
<b>PESI</b>	Plano Estratégico de Segurança Interna
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PM</b>	Polícia Militar
<b>PN</b>	Polícia Nacional
<b>PT</b>	Ponto Trânsito
<b>QD</b>	Questões Derivadas
<b>SAA</b>	Sistema de Autoridade Aeronáutica
<b>SALOC</b>	Sala de Operações e Comunicações
<b>SAM</b>	Sistema de Autoridade Marítima
<b>SAR</b>	<i>Search And Rescue</i> (busca e salvamento)
<b>SGSSI</b>	Secretário-Geral de Sistema de Segurança Interna
<b>SIS</b>	Serviço de Informação de Segurança
<b>SISI</b>	Sistema Integrado de Segurança Interna
<b>SIR</b>	Serviço de Informação da República

<b>SNPC</b>	Sistema Nacional de Proteção Civil
<b>SNPCVB</b>	Sistema nacional de Proteção Civil e Corpo de Bombeiro
<b>SSI</b>	Sistema de Segurança Interna
<b>SSN</b>	Sistema de Segurança Nacional
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>UA</b>	União Africana
<b>VCEMFA</b>	Vice-Chefe Estado Maior das Forças Armadas
<b>ZEE</b>	Zona Económica Exclusiva



## INTRODUÇÃO

Nesta parte do trabalho vamos fazer uma apresentação geral do mesmo, nomeadamente: apresentação do tema, motivo da escolha e delimitação de abordagem, definição dos objetivos gerais e específicos, questão central e questões derivadas, hipóteses e por fim a organização do trabalho de investigação.

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “**As Forças Armadas de Cabo Verde: Missões de Interesse Público e a colaboração com entidades civis**”, é parte integrante do Mestrado Integrado em Ciências Militares dos cursos ministrado na especialidade de Artilharia. As Forças Armadas em Outras Missões de Interesse Público (OMIP) e a colaboração com as entidades civis é um assunto atual, pertinente e de interesse geral, e tem marcado a agenda nacional e internacional. As OMIP estão relacionadas com as questões da segurança, defesa, desenvolvimento e bem-estar das populações e tem repercussões financeiras, políticas e estratégicas, pois são constitucionalmente missões que envolvem o Estado que implicam a afetação de muitos recursos. As Forças Armadas de Cabo Verde têm vindo a demonstrar nos últimos anos capacidade de realização das OMIP, colaborando com as Forças e Serviços de Segurança (FSS), nomeadamente nas missões de vigilância da Zona Económica Exclusiva (ZEE), no apoio ao Ministério de Saúde na luta contra as pandemias, colaborando ainda com a proteção civil em situações de catástrofe e calamidade, como exemplo a erupção vulcânica na Ilha do Fogo (2015), entre outras áreas de atividades fundamentais para garantir o bem-estar da sociedade em Cabo Verde. Este trabalho de investigação pretende analisar como as FA podem contribuir para a realização das OMIP, tendo em conta as suas capacidades, os seus recursos, a organização/estrutura, as infraestruturas e a formação, obtendo uma perspetiva futura para as FA no domínio da colaboração com entidades civis e na melhoria da qualidade de vida das populações. Este tema, pelos motivos apresentados reveste-se de especial importância, justificando-se o seu estudo possibilitando um conhecimento melhor sobre as Forças Armadas de Cabo Verde e a realidade da cooperação entre estas e as FSS no quadro das OMIP. Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação (Marconi e Lakatos, 2003).

Tendo em consideração a abrangência do tema e para termos uma investigação mais direcionado e objetiva, é importante delimitar a investigação. Assim sendo, o presente trabalho irá abordar as OMIP e a colaboração com as entidades civis no âmbito da proteção civil e segurança interna em atividades relacionadas com melhoria da qualidade de vida e a satisfação das necessidades básicas das populações, bem como a vigilância, fiscalização e controlo da ZEE.

O objetivo geral, de acordo com Sousa e Baptista (2011) indica a principal intenção de um projeto, ou seja, procura corresponder ao produto final que o projeto pretende atingir, citando assim o que se procura alcançar na investigação a longo prazo, ultrapassando inclusive (por vezes) o tempo de duração estimado do projeto. Sendo assim, o objetivo geral deste TIA é analisar as missões das Forças Armadas de Cabo Verde e a interação com as entidades civis, na realização das OMIP em prol da segurança e do desenvolvimento de Cabo Verde. de forma a permitir o acesso gradual e progressivo aos resultados, definiram-se os seguintes objetivos específicos desse trabalho de investigação: analisar a colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis no âmbito das OMIP; identificar as capacidades e meios das Forças Armadas que melhor podem contribuir para a realização das OMIP; analisar a participação das Forças Armadas na realização de OMIP.

Uma Questão de Investigação, segundo Fortin “...é uma *interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chaves...*” (2009, p. 51). A questão central é denominada como sendo a pergunta de partida, onde através desta os investigadores procuram expressar o que visa a investigação, definindo aquilo que o investigador procura saber elucidar ou compreender melhor aprofundando os seus conhecimentos (Quivy e Capenhoudt, 2008). Sendo assim, formulou-se a seguinte Questão Central: **De que forma as Forças Armadas de Cabo Verde podem colaborar com as entidades civis nas Outras Missões de Interesse Público em prol da segurança e desenvolvimento de Cabo Verde?** Por forma a ajudar a responder à Questão Central, formularam-se as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD 1 - Como é feita a colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis no contexto das Outras Missões de Interesse Público em Cabo Verde?
- QD 2 - Quais são as capacidades e os meios das Forças Armadas que melhor podem contribuir para a realização das Outras Missões de Interesse Público?
- QD 3 - Quais as principais vantagens e constrangimentos da participação das FA na realização das OMIP em Cabo Verde.

As hipóteses, de acordo com Sousa e Baptista são “...uma resposta prévia ao problema proposto e, habitualmente, são desenvolvidas com base em estudos anteriormente realizados de acordo com o tema escolhido...” (2011, p. 27). Para que seja possível responder às questões derivadas foram formuladas seguintes hipóteses:

- **H 1** – A colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis é feita em três níveis: O nível de “Apoio” em que FA fornecem os meios humanos e materiais; o de “Coadjuvação”, em que as FA cooperam com entidades civis sob coordenação e responsabilidade desta, e de “Complemento”, em que as FA assumem a plena coordenação e responsabilidade das operações.
- **H 2** – Visto que, atualmente, a maioria das missões das FA de Cabo Verde estão essencialmente voltadas para as Outras Missões de Interesse Público, todos os meios e capacidades das FA podem ser utilizados em Outras Missões de Interesse Público.
- **H 3** – As principais vantagens da participação das FA de Cabo Verde na realização de Outras Missões de Interesse Público são: aumentar a credibilidade das FA, colmatar limitações dos meios das FSS, aumentar as capacidades das FSS, não duplicação de meios. Permite assim às FA atuarem em outras aéreas além da defesa militar, nomeadamente na segurança interna, apoio às populações em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida. Relativamente aos constrangimentos, constituem-se os seguintes: meios humanos insuficientes e com deficiente formação especializada, falta de treino conjunto com as FSS e de emprego integrado de meios militares.

O presente trabalho obedece à estrutura definida pelas Norma de Execução Permanente NEP 522/1.<sup>a</sup>/20Jan16, a qual tem por finalidade estabelecer as normas e procedimentos relativos aos Trabalhos de Investigação Aplicada. Assim sendo, o trabalho é composto pela Introdução e por cinco capítulos; em que a introdução apresenta o enquadramento geral do trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão de literatura de vários autores relevantes sobre o tema em questão, começando pelo enquadramento geoestratégico e geopolítico de Cabo Verde, e pelo enquadramento das Forças Armadas através da análise da Constituição da República, Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), Regime Geral das Forças Armadas. Apresenta-se ainda a importância das OMIP para o país e para as FA, modelo “Duplo Uso” no seio das FA, desenvolvem-se os conceitos de segurança, defesa, ameaça e risco e apresenta-se ainda a colaboração das FA com FSS, no âmbito das OMIP, tendo por base o modelo Português.

O segundo capítulo apresenta a organização/ estrutura das Forças Armadas de Cabo Verde, e as missões que lhes estão atribuídas, de modo a enquadrar as OMIP.

O terceiro capítulo expõe o tipo de estudo, o instrumento e o procedimento utilizado e ainda o modelo de análise dos dados adotado.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados obtidos nas entrevistas efetuadas e a discussão dos resultados através do modelo de análise apresentado no quarto capítulo.

O quinto capítulo apresenta as conclusões, através da verificação das hipóteses, resposta às questões derivadas, resposta à questão central e, por último, expõe as limitações de investigação e os desafios para futuros investigações.

## **CAPÍTULO 1**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO/REVISÃO DA LITERATURA**

#### **Nota Introdutória**

A revisão de literatura segundo Manuela Sarmiento “... *é a apresentação do histórico e da evolução científica do trabalho, através da citação e de comentário sobre a literatura considerada revelante e que serviu de base à investigação ...*” (2013, p. 208). O presente capítulo tem como objetivo principal contextualizar e analisar o papel das FA nas designadas “Outras Missão de Interesse Público” (OMIP) e identificar ainda quais as entidades civis que participam nesta tipologia de missões. Pretende-se analisar o seu enquadramento legal com recurso a leis e decretos-lei, nomeadamente: a Constituição da República de Cabo Verde<sup>1</sup> (CRCV), o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), e o Regime Geral FACV. Iremos igualmente vamos debruçar o nosso estudo sobre as OMIP e a colaboração entre FA e as entidades civis, nomeadamente com o Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC) e as Forças e Serviço de Segurança (FSS), de modo a identificar a sua importância para as FA e para o país, tendo por base o modelo Português. Iremos também ao longo deste capítulo apresentar alguns conceitos que julgamos essenciais para um melhor

---

<sup>1</sup> Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, publicado no B.O. n.º 17, I Serie de 03 de maio. A primeira CRCV foi aprovada em setembro de 1980 pela Assembleia Nacional Popular, em substituição da Lei de Organização Política do Estado (LOPE). Com o regime político democrático, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição, tendo em 1995 ocorrido uma revisão extraordinária, duas em 1999 e uma em 2010. Disponível In Portal de Ministério Defesa Nacional (MDN): [<http://www.defesa.gov.cv/index.php/o-ministerio-57/g-enquadramento-legal>].

entendimento da temática em apreço, nomeadamente os conceitos de segurança, defesa, ameaça e risco.

### 1.1. Enquadramento Geopolítico<sup>2</sup>/ Geoestratégico<sup>3</sup> de Cabo Verde

Cabo Verde é um país arquipelágico de origem vulcânica, formado por dez ilhas (Santo Antão, São-vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal, Boa Vista, Santiago, Fogo, Brava e Maio). Está Situado no meio do Oceano Atlântico a cerca de 500 Km da costa acidental africana, ao largo do Senegal, onde lhe têm chegado influências diversas, e compreende uma superfície de 4.033 Km<sup>2</sup>, cerca de 1/20 de Portugal e 4 vezes superior a São Tomé e Príncipe.



**Figura 1: Arquipélago de Cabo Verde**

**Fonte:** <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-cabo-verdianas/>

<sup>2</sup> “... Entende-se como geopolítica a procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objetivos dos povos...” (IAEM, 1993 citado em Dias, 2005, p. 61).

<sup>3</sup> *“...A geoestratégia é o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de forma de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica...”* (IAEM, 1993, citado em Dias, 2005, p. 64).

Cabo Verde, tem uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) entre as 40 maiores do mundo e é responsável por uma área oceânica com cerca de 230 Km de raio e cerca de 1000 km de costa. Isso traduz-se numa área de responsabilidade de 734.265 Km, que inclui as águas arquipelágicas, o mar territorial e a zona contígua e ainda a ZEE. O mar representa um fator económico muito importante para Cabo Verde, para além de peixe e do sal, representa uma atração turística e é central nas rotas comerciais (CEDSN, 2011, p.10).

O Arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em 1460 pelo navegador português Diogo Gomes, ao serviço do Infante D. Henrique. Ficou sob soberania de Portugal aproximadamente 500 anos, e servia como ponto estratégico para o comércio de escravos vindo de vários países dando origem a uma cultura e modo de vida crioula. O país tornou-se independente a 5 de julho de 1975, após o golpe de estado em Portugal, que aconteceu em abril de 1974, onde foi possível estabelecer contatos com as autoridades portuguesas.

Em Cabo Verde a distribuição das populações não é uniforme. Verifica-se maior concentração nas ilhas mais desenvolvidas, principalmente nas ilhas de São-Vicente e Santiago, sendo de referir que cerca de 80% da população ocupa as zonas costeiras, tornando-se vulnerável as eventuais alterações climáticas. A população tem crescido de uma forma contínua, tendo atingido cerca de 524.533 habitantes (Anuário CV, 2015).

Cabo Verde é uma república soberana, unitário, um Estado de direito democrático, regendo-se pelas leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos. O sistema de governo é centralizado, designado por semipresidencial, assente em três pilares: Governo, Presidente da República e Assembleia da República. As FA de Cabo Verde inicialmente, por circunstâncias adversas, foram constituídas nos anos sessenta em Cuba, com a necessidade de dar início à luta armada juntamente com a Guiné-Bissau pela libertação desses dois países. O efetivo das FA é de cerca de 1575 militares. Para além das missões estritamente militares as FA participam em OMIP em apoio das autoridades e entidades civis em prol da segurança, desenvolvimento e bem-estar das populações do país.

A geoestratégia e a geopolítica de Cabo Verde é favorável<sup>4</sup> devido à sua localização, fora dos focos dos conflitos, e boas relações bilaterais com a Comunidade Europeia e países lusófonos, entre outros. No ambiente internacional Cabo Verde tem sido marcado por uma constante diálogo e cooperação, especificamente no que respeita à segurança, defesa e apoio

---

<sup>4</sup> Situado geograficamente num ponto estratégico (no centro do oceano atlântico), com intensa circulação de navios e aeronaves e pessoas, com boas relações (bilaterais e multilaterais) com país da costa ocidental africana, do continente americano e europeu (parceiro especial da união europeia). Com estabilidade política e social, um país democrático, contribuindo assim para segurança e desenvolvimento de Cabo Verde.

ao desenvolvimento, que tem vindo ser afetado quer por novas ameaças quer pela globalização. Um país que procura afirma-se na região da África Ocidental, no quadro da segurança e defesa, sendo membro de várias organizações internacionais (CPLP, União Africana, União Europeia, CEDAO, etc.). Como referido anteriormente para um país da dimensão de Cabo Verde, com a responsabilidade de uma área nacional oceânica de cerca 734.265 Km (cerca de duzentos vezes superior à sua extensão terrestre), manter a segurança e vigilância permanente é uma tarefa complexa, nesse âmbito releva-se a importância da CPLP e da cooperação internacional neste domínio.

Cabo Verde é um país de rendimento médio classificado (assim pelas Nações Unidas (NU)), tendo contudo grandes desafios, tais como a pobreza, melhorar os indicadores de saneamento básico, aumentar o uso das energias renováveis e reforçar a fiscalização da ZEE (Relatório à Conferência Rio+20, 2012). A esperança média de vida é de 79.9 anos para as mulheres e 71.7 para os homens, a idade média é de 28 anos, a taxa de crescimento anual passou de 1.5% em 2011 para 1.4%, verificando-se um ligeiro decréscimo. As Forças Armadas de Cabo Verde constituem a principal componente da defesa. A percentagem do PIB destinada à Defesa não ultrapassa os 0.5%, sendo que cerca de 90% deste montante é destinado às despesas com o pessoal, pelo que o investimento em material e equipamento é bastante reduzido. A população de Cabo Verde desde sempre foi marcada pela emigração, com o objetivo da procura de melhores condições de vida, tendo como destino a Europa nomeadamente França, Portugal Espanha e os EUA (Anuário CV, 2015).

## **1.2. Enquadramento Legal**

### **1.2.1. Constituição da República de Cabo Verde**

Nos termos do n.º 1 do art.º 248 da CRCV prevê uma série de missões das FA, para além da defesa militar contra qualquer ameaça ou agressão externa, nomeadamente: a execução da declaração do estado de sítio ou de emergência, a vigilância e fiscalização do espaço aéreo e marítimo nacional, a colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações, a colaboração e participação no SNPC, a defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional e desempenha Outras Missões de Interesse Público, que será o objeto da nossa análise neste trabalho. Relativamente à colaboração com as entidades civis, ainda no quadro das missões das FA, de acordo com o art.º 248 n.º 2 alínea b) da CRCV, as FA colaboraram com as FSS e SNPC, sob a responsabilidade destas em ações de proteção do meio ambiente

e do património arqueológico submarino, prevenção e repressão da poluição marítima, do tráfico de estupefacientes e armas, do contrabando e outras formas de criminalidade organizada.

### **1.2.2. Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional<sup>5</sup>**

O Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) adoptado em 2011 é um documento formal do Estado que estabelece as principais orientações da estratégia nacional no que toca à segurança, defesa, apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações. Define as tarefas fundamentais das FA para a concretização dos objetivos estratégicos para a defesa e segurança no âmbito da vigilância da ZEE, espaço aéreo, tráfico de droga, terrorismo, bem-estar e melhoria de vida das populações, as suas principais orientações vão de encontro à CRCV. O CEDSN, para além de ser do interesse das Forças Armadas e do Ministério da Defesa Nacional, também é do interesse da estratégia do Estado no que respeita aos tratados e paz internacionais, ou seja deve assumir-se como a estratégia nacional e contribuir para a segurança regional e global. O presente documento relaciona todos os meios à disposição do Estado em função dos objetivos prioritários para a defesa e segurança, contribuído assim para o desenvolvimento e soberania do país.

O CEDSN, como sendo um documento da estratégia nacional, deve ser discutido abertamente e difundido por toda a população, contribuindo para coesão nacional. Como vem plasmado no CEDSN, este pretende promover a difusão junto da população, especialmente da juventude, do conhecimento da história e cultura de Cabo Verde, visando atrair o interesse pela sua absorção, contribuindo desta forma para o reforço da identidade nacional e para a afirmação do país num mundo cada vez mais interdependente (CEDSN, 2011). O CEDSN no subcapítulo que trata da ação estratégia das FA, reforça a ideia de que estas, no que respeita às missões que lhes estão atribuídas e os recursos disponíveis no âmbito da colaboração com FSS, devem possuir determinadas capacidades (CEDSN, 2011, p. 37)<sup>6</sup>.

### **1.2.3. Regime Geral das Forças Armadas**

A Lei n.º 89/VI/2006, no n.º 2 do art.º 3, refere que as FA, relativamente à sua composição e unidade, são únicas para todo o território nacional e baseiam-se no Serviço Militar Obrigatório. A atuação das FA rege-se pelo respeito da Constituição e pela lei, sob

---

<sup>5</sup> Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (2011). Disponível In Portal do MDN [em: <http://www.defesa.gov.cv/images/stories/CEDSN.pdf>].

<sup>6</sup> Ver o Apêndice A – Capacidades das FA no âmbito de colaboração com FSS.



orientações estabelecidas nos seguintes domínios: Conceito Estratégico Militar, Missões das FA, Sistemas de Forças e Dispositivo dos Sistemas de Forças (n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 89/I/2006). As FA, sem prejuízo das missões estritamente militares participam e colaboram com as FSS e o SNPC, e desempenham OMIP que são determinadas pelo membro do governo titular da pasta da Defesa Nacional mediante o parecer do CEMFA. As FA, sem prejuízo da sua missão principal (a defesa militar da república contra qualquer ameaça ou agressão externa), nos termos da lei, executa a declaração de estado de sítio ou de calamidade, vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacional, colabora em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações, participa no SNPC, defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional e desempenha OMIP. Nos termos do n.º 1 do art.º 8 da lei n.º 89/VII/2006 de 9 de janeiro, no quadro das OMIP, incube às FA satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

### **1.3. Forças Armadas em colaboração com as Forças e Serviços de Segurança**

O Ministério da Administração Interna (MAI) de Cabo Verde é o principal responsável órgão governamental que propõe, coordena e executa as políticas em matéria da segurança interna, dirige superiormente a Policia Nacional, coordena a ação desta com outros organismos de polícia e dirige ainda o SNPC de acordo com Decreto-Lei n.º 25/2011<sup>7</sup>.

O Sistema de Segurança Nacional (SSN) é constituído pelas FA (através da Guarda Nacional e Guarda Costeira), Policia Nacional (PN), Policia Judiciaria (PJ), Serviço de Informação da República (SIR), os órgãos integrantes do Sistema da Autoridade Marítima, os órgãos do Sistema de Autoridade Aeronáutica, os órgãos responsáveis pelo controlo do espectro radioelétrico e pela proteção das redes e dos sistemas de informação e comunicação e outros órgãos com função de segurança, nomeadamente a gestão e ordenamento do território e a gestão do Sistema de Cadastro Predial e Informação Geográfica (decreto-lei n.º 51/2013 art.º 3). Relativamente à orgânica do SSN, este é constituído pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão de Coordenação Operacional de Segurança (CCOS), o Conselheiro de Segurança Nacional e o Gabinete de Segurança Nacional.

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 25/2011 de 13 de junho. Orgânica do Governo. Publicado no B.O. n.º 20 I Serie de 13 de junho de 2011. Disponível In Portal do MDN: [em <http://www.defesa.gov.cv/index.php/o-ministerio-57/g-enquadramento-legal>].

A articulação entre as FA e as FSS é feita pelo Conselheiro de Segurança Nacional<sup>8</sup>, que constituiu o representante das FA na Comissão de Coordenação Operacional de Segurança<sup>9</sup> e apoia o Primeiro-Ministro em matéria de planeamento e coordenação dos setores da Segurança Interna<sup>10</sup>. De acordo com o Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI)<sup>11</sup> a segurança em Cabo Verde é uma tarefa de todos, ou seja, constituiu um sistema de segurança interno integrado, articulado e cooperativo, para manter Cabo Verde como um país com padrões elevados de segurança interna. Assim sendo, fazem parte do Sistema Integrado de Segurança Nacional (SISN) os seguintes órgãos: Defesa Nacional (Forças Armadas), Sistema Nacional de Proteção Civil e Corpo de Bombeiros (SNPCVB), FSS, SIR, Sistema de Autoridade Aeronáutica (SAA) Sistema de Autoridade Marítima (SAM) Segurança Privada e sociedade civil e o Ministério de Justiça (MJ).

A cooperação entre as FA e as FSS deve ser entendida como um esforço dos respetivos ministérios, envolvendo todos os recursos e capacidades em prol da segurança, defesa e desenvolvimento do país, isto é, aumentar o grau de interoperabilidade no que diz respeito aos meios, doutrinas e infraestruturas.

#### **1.4. Conceito de Segurança Nacional e de Defesa Nacional<sup>12</sup>**

A palavra segurança tem origem do latim “Sine Cura”, que significa “sem preocupação”. A segurança é um conceito muito antigo, e que se tem alterado ao longo dos anos. A segurança do tempo dos nossos antepassados significava ausência de ameaças e riscos, tendo esse conceito evoluído. No período da Guerra Fria, a segurança estava voltada para a vertente político-militar, ou seja, recorria-se ao uso da força para dar resposta às ameaças. Com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Golfo (entre outros) houve a necessidade de adaptar o conceito da segurança às novas realidades, nomeadamente a económica e social. A nova Ordem Internacional, baseada na segurança coletiva e cooperativa, implica que o conceito de segurança passasse a ter outras vertentes, tais com a segurança humana, coletiva, externa, entre outras (Vicente, 2011).

O CEDSN é um dos documentos mais relevantes da estratégia nacional de Cabo Verde no âmbito da Segurança e Defesa nacional. A política de segurança e defesa de Cabo

---

<sup>8</sup> Órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de segurança nacional e informações.

<sup>9</sup> Órgão especializado do conselho de Segurança Nacional para assessoria, consulta e coordenação técnica e operacional da atividade das Forças e Serviço de Segurança Nacional.

<sup>10</sup> Cfr. Art.º 8 alínea i) do Decreto-Lei n.º 51/2013 de 20 de dezembro.

<sup>11</sup> Plano Estratégico de Segurança Interna de Cabo Verde, MAI/ 2009.

<sup>12</sup> Ministério de Defesa Nacional (2016). In Portal: [<http://www.defesa.gov.cv/>].

Verde deverá considerar a necessidade de interoperabilidade entre as Forças Armadas e as FSS, bem como a necessária integração (CEDSN, 2011, p. 12).

Atualmente, cada vez mais se ouve falar da interligação e interdependência entre a segurança e a defesa, ou seja, é difícil saber onde acaba a segurança e começa a defesa, sendo essa uma das razões da aprovação do CEDSN. Bem como, o conceito de segurança cooperativa, novas tecnologias de informação e comunicação como consta no preâmbulo do CEDSN. Com o surgimento das novas ameaças, tais como os grupos terroristas, guerra assimétricas<sup>13</sup> e organizações não-governamentais, ameaças essas que muitas das vezes são dirigidas contra cidades e populações, que por vezes não sabemos se estamos no âmbito da segurança ou defesa. Neste contexto, justifica-se o emprego das FA como sendo um meio para contribuir para a defesa e segurança nacional devido às suas capacidades e meios mais robustos.

Os conceitos de segurança e defesa de que muito ouvimos falar, são conceitos do tempo da Guerra Fria e que já não se adaptam aos tempos atuais. Segundo Reis Rodrigues<sup>14</sup>, os conceitos de segurança e defesa perderam a validade porque as ameaças de hoje são difusas e imprecisas, sendo por vezes difícil determinar a sua origem precisa. A visão maquiavélica, de que Defesa Nacional é da responsabilidade exclusiva das FA, enquanto que Segurança Interna é da competência das FSS, tem sido alterado em alguns países que adotaram uma visão holística, em que as FA passaram a ser empregues em prol da segurança interna e do desenvolvimento do país. Essencialmente em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e da melhoria das condições de vida das populações, operações de apoio às populações, manutenção de ordem pública e realização de OMIP.

Após o 11 de setembro verificou-se uma mudança no conceito de segurança, passando-se de uma segurança que se baseava nos interesses dos Estados (onde o inimigo é conhecido), para uma segurança em que o inimigo é desconhecido, com diversificadas ameaças e risco, ameaças essas que passaram a ter origem dentro dos Estados com meios mais violentos e imprevisíveis (Telo e Pires, 2014, p. 113). A segurança começa a equiparar-se cada vez mais à defesa, pois como refere Luís Elias “...a segurança tornou-se um conceito de banda larga...” (2016, p. 110).

<sup>13</sup> Ações violentas conduzidas por Estados, quase Estados, ou não com meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos, levando a cabo estratégias não tradicionais, empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas (Borges, 2013).

<sup>14</sup> Rodrigues, R. (2015). O papel das FA na Segurança Interna: Conferência na Universidade Lusíada de Lisboa sobre Consultado em 28 de outubro de 2015. Disponível [em [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20162%20281015%20seguranca%20interna.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20162%20281015%20seguranca%20interna.pdf)].

Nos termos do art.º nº2 da Lei da Segurança Interna (2007), define-se a segurança como uma atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, proteger pessoas e bens e prevenir a criminalidade. Por outro lado, a Defesa Nacional, de acordo com o art.º 246 da Constituição da República de Cabo Verde, é entendida como a disposição, integração e ação coordenadas de todas as energias, forças e materiais da nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir, de modo permanente, a unidade, soberania, integridade territorial, independência de Cabo Verde, liberdade e segurança da sua população, o ordenamento constitucional democraticamente estabelecido. A ideia que temos de segurança é de sentirmo-nos imunes riscos e ameaças, sendo os riscos,” ... *ameaças não intencionais, originadas pela ocorrência de fenómenos naturais ou então resultantes de acidentes ocorridos inopinadamente na manipulação e funcionamento de engenhos construídos pelo homem...*” (Santos, 2016, p 302).

Segundo Vieira Borges, a ameaça ao nível dos Estados significa “...*um ato ou acontecimento de cariz ofensivo (...), que afeta significativamente os objetivos políticos de um Estado de modo a colocar em causa a sua sobrevivência como unidade política ou, de algum modo, a própria segurança internacional...*” é o caso Estado Islâmico (2016. p.32). O mesmo autor define também ameaça na perspetiva transnacional, sendo “...*qualquer acontecimento ou processo que leva à perda da vida ou a redução de expectativas de vidas humanas em larga escala e ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional...*” (Idem). Como podemos verificar, ambas as definições têm em comum a segurança internacional, pois a situação que vivemos implica que qualquer ameaça põe em causa a segurança nacional e internacional.

As novas ameaças, além de encontrarem na globalização com uma forma de expansão, utilizam também o ciberespaço como um vetor de projeção. Como refere Paulo Nunes, é um importante vetor de ataque, afetando todos os que o utilizam, tanto numa vertente privada como pública, para lazer ou para trabalho, e em diversas esferas da sua interação (social, diplomática/política, económica e militar) (2016, p. 205).

De acordo com CESDN as ameaças e riscos mais relevantes, e que podem pôr em causa a segurança e defesa de Cabo Verde são: ameaça ou agressão externa, tráfico de drogas, armas, pessoas e criminalidade, pirataria marítima e atividade no mar, catástrofes e calamidade e proliferação das armas nucleares e de outras armas de destruição massiva.

### 1.5. As Forças Armadas e o Serviço Nacional de Proteção Civil

A Lei de Base da Proteção Civil, nos termos do art.º 6, salienta que o SNPC orienta e coordena todas as atividades de proteção civil no plano nacional. Nos termos do Decreto-Regulamentar n.º 5/99 de 21 de junho, no art.º 1 (composição do Conselho Nacional de Proteção Civil), o Conselho Nacional de Proteção Civil tem a seguinte constituição: Primeiro-Ministro ou um membro do governo responsável pela área da proteção civil, membros do governo responsáveis pelas áreas ou sectores de proteção civil, defesa nacional, administração interna, comércio, finanças, infraestruturas, transportes, saúde, comunicações, pescas, agricultura, energia, educação e comunicação, CEMFA, Comandante Geral da Polícia de Ordem Pública, Presidente do SNPC, um responsável da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha e um representante da Associação Nacional de Municípios.

Conforme a alínea d) n.º 2 do art.º 248 da CRCV, as FA participam no SNPC, ou seja, estas passam a ter estatuto de agentes de proteção civil (Lei n.º 12/VIII/2012<sup>15</sup>, art.º 41). Essa ideia é reforçada pelo CEDSN, no que respeita às missões atribuídas e aos recursos disponíveis, sendo-lhe atribuído capacidades para participar no SNPC. Ainda relativamente aos agentes de proteção civil fazem parte ainda a Polícia, Bombeiros, Serviço de Saúde e Cruz Vermelha.

As FA, no âmbito das suas missões específicas, colaboram em funções de proteção civil. A solicitação é feita através de SNPC e Bombeiros (SNPCB) à CEMFA, sendo essa colaboração feita das seguintes formas (Lei n.º 12/VIII/2012, art.º 51-52): ações de prevenção e auxílio no combate a sinistros, reforço de pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde (em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes), ações de busca e salvamento, disponibilização de equipamento e de apoio logístico para as operações, reabilitação de infraestruturas e execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítima e prestação de apoio em comunicação.

Relativamente a forma de apoio no âmbito das missões de proteção civil, existem dois tipos de apoios: os apoios programados, prestados de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência sendo a articulação feita entre os comandos operacionais e os oficiais de ligação; o apoio não programado, executado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao CEMFA a determinação das

---

<sup>15</sup> Lei estabelece as Bases Gerais da Proteção Civil, I Serie n.º 16 B. O. de 7 de março de 2012.

possibilidades do apoio e a coordenação das ações a desenvolver em respostas às solicitações apresentadas<sup>16</sup>, (Lei n.º 12/VIII/2012, art.º 56, n.º 1-2).

### 1.6. Missões de Interesse Público

Nos termos do n.º 2 alínea f) do art.º 248 da CRCV, as FA desempenham OMIP sem prejuízo do disposto do n.º 1 do mesmo artigo, que refere a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externa. São missões cujas tarefas estão relacionadas com a proteção civil, a participação na segurança interna, no apoio ao bem-estar das populações e às entidades civis.

Segundo João Neves<sup>17</sup>, as OMIP abrangem um vasto leque de atividades, salientando-se o apoio ao SNPC, o apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, fiscalização da ZEE, a busca e salvamento, a proteção ambiental, a defesa do património natural e a prevenção de incêndio, a pesquisa dos recursos naturais e a investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho. As OMIP, num país como Cabo Verde, com limitações diversas, revelam-se a importância de participação das Forças Armadas na realização desta tipologia de missões. As FA são assim um meio de garantir a segurança e defesa do país e das populações, a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações. Por essa razão justifica adotar o modelo “Duplo Uso” no seio das FA, cumprindo a necessidade de não haver duplicação de meios, contribuindo assim para o desenvolvimento e segurança do país.

*“... O Estado de Cabo Verde assume a necessidade da capacitação constante das Forças Armadas, da Polícia, dos Serviços de Informações da República e de outras instituições com funções de seguranças, pressupondo a adoção de políticas que propugnem o seu equipamento e contribuam para o prestígio dessas instituições, a expressão das motivações e incentivos que permitam assegurar os efetivos necessários ao desempenho das missões e a sua valorização pessoal, técnica e profissional ...”* (CEDSN, 2011, p. 40).

São pois requeridas FA capazes de concretizar as missões que lhes estão atribuídas (de acordo com a lei constitucional, que se baseia na defesa militar do país), cooperação com as FSS, prestação de apoio à proteção civil quando declarado o estado de sítio ou calamidade, cumprimentos das missões que lhes foram imputadas no âmbito de OMIP (de uma forma

<sup>16</sup> Cfr o art.º 56 da Lei n.º 12/VIII/2012 Lei de Base de Proteção Civil.

<sup>17</sup> Neves, J. (2015). *As Forças Armadas e as Missões de Interesse Público*. Consultado em 10 de março de 2016 [em [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal)].

eficiente e eficaz) e ainda colaboração com as entidades civis nessas missões. Segundo Loureiro dos Santos, só assim estamos perante FA credíveis, que transmitem confiança e estabilidade, em que o Estado, as organizações e as populações depositam total confiança nas suas capacidades (2016, p.158).

### **1.7. Modelo de Duplo Uso no seio das Forças Armadas**

O modelo de “Duplo Uso” é um termo utilizado atualmente no seio das FA e das FSS. De acordo com João Neves, o modelo “Duplo Uso” consiste no emprego dos meios e da força de modo a rentabilizar e a otimizar a utilização de meios ou capacidades escassas de uma força. Sendo Cabo Verde um país com poucos recursos, seria uma mais-valia possibilitando às FA, sem prejuízo das suas missões estritamente militares, desempenho de outras missões no âmbito de interesse público e também como uma estratégia da política do Estado, no que refere à segurança e defesa, nas atividades relacionadas com a vigilância e a fiscalização do espaço marítimo e aéreo, satisfação das necessidades básicas de vida e melhoria de qualidade de vida das populações.

Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, caracterizado pela ausência de conflitos armados, o modelo de “Duplo Uso” no seio das FA é importante para a própria sobrevivência, evitando assim o desperdício de recursos financeiros e materiais. Por outro lado, levaria a mudanças no treino, na formação e nas infraestruturas das FA, e o empenho do poder político nessas mudanças é fundamental. No atual contexto de Cabo Verde e das FA o modelo “Duplo Uso” é o que melhor se adapta à realidade, levando assim ao prestígio e à credibilidade, constituindo igualmente um fator importante para a profissionalização e modernização das FA.

O modelo de “Duplo Uso” tem sido prosseguido com a reforma das FA, através da organização não clássica das FA, Guarda Nacional e Guarda Costeira, voltadas essencialmente para a realizações de OMIP, através de novos projetos de reequipamento nomeadamente com meios marítimos e aéreos. Outro fator que aponta para isso é a transformação das unidades de infantaria em corpos de Polícia Militar, que têm como missão o apoio na manutenção da ordem pública.

### **1.8. Níveis e Formas de colaboração**

O CEDSN, na questão da coordenação entre diversas instituições civis, militares e FSS, aconselha uma política partilhada e direcionada para objetivos, tirando partido dos

respetivos meios, das suas capacidades e da formação, empregando-as a favor da missão, independentemente dos setores aqui indicados. Relativamente aos níveis de colaboração entre as FA e entidades civis, iremos adotar um modelo<sup>18</sup> que aborda três níveis: Apoio, Coadjuvação e Complemento. O nível de “Apoio” corresponde ao fornecimento de recursos humanos e materiais por parte das FA para a realização de determinadas atividades, conforme solicitado. O nível de “Coadjuvação” traduz-se pela coordenação entre as FA e entidades civis (atuação em conjunto), sob responsabilidade destas, e o nível de “Complemento” respeitar às operações e atividades, cuja coordenação e articulação é da responsabilidade exclusiva das FA.

Relativamente à forma de colaboração, para melhor compreensão, dividimos a mesma em duas áreas:

- Apoio/complementar em que: as FA assumem a responsabilidade das operações no que tange ao planeamento e execução das mesmas. Temos como exemplo (e que vão de encontro às missões que lhes estão imputadas) busca e salvamento, a vigilância do espaço marítimo sob a jurisdição do país, a fiscalização das atividades no mar e no espaço aéreo, a segurança das infraestruturas do Estado (nomeadamente do Palácio da Assembleia e Palácio de Governo), a estação de antenas televisíveis e o controlo de panha de área em algumas praias. Maior parte dos meios que são empregue são da Guarda Costeira devido aos seus meios marítimos e aéreos que detém.
- Apoio/coadjuvação: as FA fornecem pessoal e meios para apoiar as FSS/SNPC, as missões no âmbito de proteção civil, a segurança interna, nomeadamente a segurança a eventos de alta visibilidade, combate contra o tráfico de armas, pessoas e drogas. Neste contexto, as FA participam através da Guarda Nacional, uma vez que é a componentes das FA que está mais direcionada para as operações terrestres, nomeadamente o corpo da Polícia Militar. Como já foi referido, a CRCV prevê e estabelece a forma de colaboração entre as FA e FSS, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 248. Nesta colaboração, as FA ficam sob a responsabilidade das FSS, exceto nos Estados de Exceção em que estas assumem o comando operacional.

---

<sup>18</sup> Modelo que foi utilizado na dissertação de Mestrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISPCSI) em 2014 pelo Aspirante Oficial de Polícia Carlos Silva.



### 1.9. Missões de Interesse Público – O Caso de Portugal

As OMIP das Forças Armadas Portuguesa (FAP) são abrangidas pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 de 21 de março. Parafraseando João Neves, as missões das FAP dividem-se em três blocos de funções importantes, nomeadamente: Militar, Diplomática e de Interesse Público. A Constituição da República Portuguesa (CRP), nos termos do art.º 275, define como responsabilidade das FAP a Defesa Militar da República, colaborar em Missões de Proteção Civil e em Missões de Interesse Público, relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria de qualidade de vida das populações. Relativamente à participação das FAP na segurança interna e a colaboração com FSS<sup>19</sup>, estas tem participado em diversos eventos de alta visibilidade nomeadamente: Expo 98, Euro 2004, Cimeira da NATO em 2010, Visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI (2012), entre outros. A colaboração entre as FAP e as FSS, no âmbito da Segurança Interna, não está previsto na CRP, seria uma mais-valia se a assim o fosse, para a credibilidade e visibilidade das FAP. Por outro lado, existem outros documentos nacionais que fazem referência ao emprego de FAP na segurança interna, nomeadamente: a Lei da Defesa Nacional (LDN), a Lei da Segurança Interna (LSI) em que o CEMFA é membro do Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), e a Lei Orgânica de Base da Organização das Forças Armadas (LOBOFA).

A articulação operacional entre as FA e as FSS é garantida pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) e o CEMGFA (art.º 35 da Lei n.º 59/2015 de 24 de julho)<sup>20</sup>, sendo reforçada pela Lei de Defesa Nacional (2009, art.º 48) e pela LOBOFA, onde refere que “As FA cooperam com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjunto das respetivas missões” (...). O modelo de Duplo Uso no seio das FAP é valorizado pelo CEDN devido às suas capacidades e meios, neste contexto participa em diversas atividades no âmbito das Missões de Interesse Público e o no apoio à Proteção Civil, nomeadamente no apoio em situação de catástrofe ou calamidade pública, prevenção de incêndio e controlo da ZEE.

As FAP colaboram em missões de proteção civil em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades e a melhoria da qualidade de vida das populações nos termos da

<sup>19</sup> As FSS compreendem: A Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF), Serviço de Informação de Segurança (SIS), e ainda compreende os Órgãos da Autoridade Marítima Nacional, Órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica mediante os respetivos legislação (artigo 25.º da Lei da Segurança Interna).

<sup>20</sup> Lei Orgânica de Base da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), publicado no Diário da República I Serie n.º 129 de 7 de julho de 2009.

Lei de Base da Proteção Civil<sup>21</sup> (LBPC) e do Sistema Integrado Operacional de Proteção e Socorro (SIOPS). Neste contexto, a participação das FAP em ações de proteção civil faz-se em função da disponibilidade e prioridade do emprego dos meios militares de acordo com a diretiva operacional n.º 4 do CEMGFA de 2016. As FAP, como agentes de proteção civil<sup>22</sup>, relativas às missões que lhes são atribuídas, colaboram com ANPC em seis áreas, nomeadamente: incêndios florestais, busca e salvamento, reconhecimento, apoio sanitário, apoio logístico e comunicações. De acordo com a Diretiva Operacional n.º 4 do CEMGFA de 2016, a colaboração das FAP em matéria de proteção civil, é pedido é feito pela ANPC ao CEMFA, através do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM), que é responsável pelo planeamento, coordenação e acompanhamento do emprego operacional das forças e meios militares. No caso de urgência, esse pedido pode ser solicitado pelos presidentes de câmaras, tendo o CCOM de informar o CEMGFA.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira existe outra realidade, uma vez que as solicitações são feitas pelos Governos (que tutelam a proteção civil) aos Comandos Operacional das respetivas regiões, nomeadamente o Comando Operacional dos Açores (COA) ao Comando Operacionais da Madeira (COM). Relativamente à forma de colaboração, as FAP, prestam apoio às ANPC da seguinte forma: Apoio programado, de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados; e o Apoio não programado, de acordo com os recursos e em função da disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, competindo ao CEMGFA ou aos comandos operacionais (nos casos das regiões autónomas). Compete ao Presidente da ANPC, mediante a solicitação do Comandante Operacional Nacional, solicitar ao CEMGFA a participação das FA em missões de proteção e socorro. A coordenação das ações e dos meios das FA ao nível do Comando Nacional Operações de Socorro (CNOS), é feita através do oficial de ligação das FA que está colocado em permanência na estrutura da ANPC. A articulação das FAP com as ANPC é feita através dos representantes que participam na estrutura da proteção civil, de acordo com os níveis da coordenação política, institucional e de comando operacional. O pedido de apoio da ANPC é gerado através da Sala de Operações e Comunicações do Comando Nacional de Operações de Socorro (SALOC/CNOS) e nele

---

<sup>21</sup> Lei de Base da Proteção Civil, Lei N.º 80/2015 de 3 de agosto.

<sup>22</sup> Os agentes de proteção civil de acordo com a Lei n.º 80/2015 de 3 são nomeadamente Corpo de Bombeiros, As Forças Armadas, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional, Autoridade Nacional da Aviação Civil, INEM e os sapadores florestais.

constam os seguintes dados: identificação da ocorrência, constituição da força, missão, data de mobilização, duração prevista da missão, POC's e localização do ponto de trânsito.

Ainda sobre a colaboração com ANPC em missões no âmbito de proteção civil no respeito às áreas e forma de atuação, muitas dessas missões traduzem-se em planos de emergência e que se enquadram no apoio programado que referimos anteriormente. No caso do Exército temos o “Plano Lira” no âmbito dos incêndios florestais, “Plano Aluvião” no âmbito das cheias, “Plano Fauno” no âmbito do patrulhamento, vigilância e fiscalização em matéria de defesa florestais em colaboração com GNR e prevenção estruturas em colaboração com ICNF<sup>23</sup> e o “Plano Célula”, em caso de uma situação na vertente Biológica, Química e Radiológica (NBQR). No caso da Marinha temos o “Plano Tejo” aplicável no âmbito das cheias, e o “Plano ATA” (em fase de conclusão) que além do Tejo abarcar ainda as basais hidrográficas do Douro, Sado, Guadiana e Mondego. No caso da Força Aérea não existe nenhum plano de emergência, esta apenas emprega os seus meios aéreos em apoio da ANPC quando solicitado.

### **Síntese Conclusiva**

A Constituição da República de Cabo Verde prevê a colaboração entre as FA e as FSS (ao contrário de muitos países), que consideramos uma mais-valia a nível da Segurança e Defesa. Relativamente ao CEDSN, este é um documento relevante para o Estado, uma vez que traduz a política de segurança e defesa, adotando conceitos atuais e uma visão holística em prol da segurança e defesa do país.

Para um pequeno país como Cabo Verde, tendo em conta a dispersão das ilhas e extensão de superfície oceânica sob a sua responsabilidade, é importante ter acordos com países amigos e vizinhos com capacidade de intervenção oceânica. Sendo um país que aposta no turismo e que está aberto às influências do exterior, tal exige uma abordagem da política de defesa e segurança assente na integração entre as FA e as FSS. As OMIP são de extrema importância para Cabo Verde, sendo um país com poucos recursos, uma vez que permitem rentabilizar os meios, evitando a sua duplicação. Neste âmbito, a importância do modelo de “Duplo Uso” no seio das FA, permite fazer face às novas ameaças e constitui uma solução para os países com debilidades económicas, como é caso de Cabo Verde.

---

<sup>23</sup> Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

## **CAPÍTULO 2**

### **FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE**

#### **Nota Introdutória**

As FACV são uma instituição permanente e regular, compõem-se exclusivamente de cidadãos cabo-verdianos são estruturadas com base na hierarquia e na disciplina e obedecem aos órgãos competentes de soberania nos termos da Constituição e da lei (n.º 1 e 2 do art.º 247 da CRCV). Estão dotadas de autonomia administrativa e integram-se na administração direta do Estado através do Ministério da Defesa Nacional (MDN). As FACV são uma instituição nacional de elevada eficácia e prestígio e que está ao serviço da nação. O MDN é o departamento governamental responsável pela coordenação de execução da política de segurança nacional e pela preparação, coordenação e execução das políticas em matéria de Defesa Nacional, bem como por assegurar e fiscalizar a administração das FACV. O CEMFA responde perante o governo através do MDN de acordo com o decreto-lei n.º 51/2009<sup>24</sup>. O controlo administrativo dos meios humanos, materiais e financeiros postos à disposição das FACV é feita pela Inspeção-Geral da Defesa (IGD) conforme consta no art.º 10 do decreto-lei n.º 51/2009.

Neste capítulo vamos efetuar um breve enquadramento da organização e estrutura das FACV, que é igual para todo o território nacional, identificando as missões que lhe estão atribuídas nos termos da Constituição e da lei. Por fim iremos abordar individualmente as componentes das FA com recurso à CRCV, Regime Geral das Forças Armadas, leis das FA, organização e Quadro de Pessoal das Forças Armadas e ainda a orgânica da Guarda Nacional.

#### **2.1. Organização/Estrutura e Missão**

De forma a adequar as FACV às novas missões que lhe foram atribuídas, houve a necessidade de apresentar uma organização mais moderna, flexível e eficiente, que lhes permitisse maior rapidez e operacionalidade no cumprimento das suas missões.

---

<sup>24</sup> Decreto-Lei n.º 51/2009 B.O. n.º 45. I Serie 31.11.2009 – Estabelece a macroestrutura, a organização e as normas de funcionamento do MDN.

Neste âmbito, a Lei n.º 89/VII/2006<sup>25</sup> definem uma nova estrutura das FACV, que compreende: os Órgãos Militares de Comando, Guarda Nacional e a Guarda Costeira (GC). Relativamente à organização<sup>26</sup>, de acordo com o art.º 6 do Decreto-lei n.º 30/2007<sup>27</sup> de 20 de janeiro, as FACV compreendem: o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Estado-Maior das Forças Armadas, os órgãos centrais de comando, os órgãos de consulta, os órgãos de implantação territorial e os elementos da componente operacional do sistema de forças. Ainda pode compreender os órgãos de busca e salvamento e os órgãos de fiscalização do Sistema de Autoridade Marítima, de acordo com o disposto em legislação própria.

A estruturação das FACV em dois ramos não clássicos (a Guarda Nacional e a Guarda Costeira), reflete nas novas missões no âmbito das OMIP imputadas as FA, nomeadamente a vigilância e fiscalização da ZEE através da Guarda Costeira, manutenção da ordem pública, proteção das infraestruturas críticas e o apoio à FSS através da Guarda Nacional. Num país como Cabo Verde, face à dispersão das ilhas, a organização das FA em comandos territoriais constitui que melhor adapta, contribuindo assim para uma defesa mais eficiente do arquipélago contra as novas ameaças, nomeadamente a pirataria marítima e a imigração ilegal.

As FACV têm por missão fundamental a defesa militar do país contra qualquer ameaça ou agressão externas, missões que lhe é atribuída pela CRCV (n.º 1 do art.º 248). Ainda sem prejuízo da missão acima referida, as FACV participam no Sistema Nacional de Proteção Civil e cooperam com as FSS na manutenção da ordem pública, proteção de infraestruturas críticas e proteção da população. No âmbito das OMIP, colaboram em tarefas de relacionadas com a satisfação de necessidades básicas, a melhoria das condições de vida das populações, bem como na vigilância e fiscalização do espaço marítimo e aéreo sob sua jurisdição e responsabilidade.

De forma a contribuir para a segurança, defesa e desenvolvimento do arquipélago de Cabo Verde, as FA têm participado em diversos exercícios nacionais e internacionais nomeadamente: African Maritime Law Enforcement Partnership (AMLEP)<sup>28</sup>, que se insere no quadro da segurança marítima, e que tem como objetivo principal promover as atividades marítimas, uma vez que muitos dos países costeiros africanos dependem do mar como sendo

---

<sup>25</sup> Lei que estabelece Regime Geral das FA.

<sup>26</sup> Ver o Anexo A – Organograma das FACV.

<sup>27</sup> Define a Organização e Quadro de Pessoal das Forças Armadas.

<sup>28</sup> African Maritime Law Enforcement Partnership (AMLEP). In Portal [em: <http://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/africa-maritime-law-enforcement-partnership-amlep>].

fonte de recursos, nomeadamente a pesca para o desenvolvimento das suas economias. O AMLEP de 2012 teve lugar em Cabo Verde, com vários parceiros internacionais, que abrangem num conjunto de operações de patrulhamento conjunto e combinado que foi denominado como “Operação Mar Alto”, Este exercício realiza-se na ZEE, de Cabo Verde e teve como finalidade desenvolver a capacidade de detetar, interceptar, abordar e apreender embarcações e navios que pratiquem atividades clandestinas nas área marítima cabo-verdiana. Além dos parceiros internacionais, a Guarda Costeira (GC) das FACV, contaram com a participação da Polícia Marítima, e da Polícia Judiciária, sendo toda a operação coordenada a partir do COSMAR<sup>29</sup> (Revista das FACV, 2013). No âmbito da CPLP, foi ainda realizado o exercício “FELINO”<sup>30</sup> que se insere no quadro dos exercícios conjuntos e combinados com os membros da CPLP e que tem como finalidade melhorar os procedimentos e a doutrina das FA dos país que compõem a CPLP para o emprego em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide das Organizações da Nações Unidas (ONU). Por fim, no âmbito da busca e salvamento (SAR)<sup>31</sup>, foi realizado o exercício “CAVSAR”<sup>32</sup> que envolvem as FACV, através da Guarda Costeira, e a Força Aérea Espanhola, tendo por finalidade testar a rapidez de intervenção na área de operação, o estado de prontidão e treinar a capacidade de resposta aos naufragos e a evacuação médica.

## 2.2. Órgãos Militares de Comando

Os órgãos militares de comando são chefiados pelo CEMFA, e são apoiados pela estrutura de apoio ao exercício do comando das FA, nomeadamente o comando logístico, o comando de pessoal, o gabinete do CEMFA, e têm por missão dirigir o emprego das FACV. O CEMFA é o chefe militar na hierarquia das FA, exerce comando completo (em tempo de guerra) ou operacional (em tempo de paz) das mesmas e responde perante o governo através do MDN.

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) é um órgão militar que apoia o CEMFA e que tem por atribuição o estudo, conceção, planeamento, comando, direção e

<sup>29</sup> Centro de Operações de Segurança Marítima insere-se no quadro de apoio ao combate de atos ilícitos nas áreas marítimas de Cabo Verde contra tráfico de drogas, pessoas, imigração clandestina e também na defesa dos recursos marinhos.

<sup>30</sup> EMGFA. Disponível [em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/felino>]

<sup>31</sup> Search And Rescue (SAR), (busca e salvamento).

<sup>32</sup> Pana (2015). Exercício para testar capacidade de busca e salvamento em Cabo Verde. Disponível [em: <http://www.panapress.com/Espanha-apoia-exercicio-para-testar-capacidade-de-busca-e-salvamento-em-Cabo-Verde--13-630452102-17-lang4-index.html>].

inspeção das atividades das FA, sendo dirigido pelo Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (VCEMFA), de acordo com o art.º 19 da Lei n.º 89/VII/2006.

### **2.3. Guarda Nacional**

A Guarda Nacional (GN) é a principal componente das FA e destina-se à defesa militar do país através da realização de operações terrestres e em ambiente marítimo, nos termos do art.º 3 do Decreto-Regulamentar n.º 21/2012<sup>33</sup>. No âmbito da segurança interna, a GN, de acordo com o mesmo artigo, emprega forças e meios nomeadamente Polícia Militar<sup>34</sup> no combate ao crime organizado, tráfico de drogas e de pessoas, bem como na prevenção e combate à proliferação de armas de destruição em massa, prevenção e combate ao terrorismo, colaboração com autoridades competentes e sob a responsabilidade destas na segurança de pessoas e bens, e na prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e a outras formas de criminalidade organizada.

No âmbito das OMIP, a GN colabora em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações e no âmbito da proteção civil. A GN, sendo corpo das FA, é um agente da proteção civil e executa no seu âmbito a declaração do estado sítio ou de emergência.

A GN, nos termos do art.º 4 do Decreto-Lei nº 30/2007 de 20 de agosto, está organizada em Comandos Territoriais<sup>35</sup> ou áreas de jurisdição que compreendem Comando da Primeira Região Militar (que abarca as ilhas de S. Antão, S. Vicente S. Nicolau e Santa Luzia), o Comando da Segunda Região Militar (que abarca as ilhas de Sal e Boa Vista) e por ultimo o Comando da Terceira Região Militar (que abarca as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava). Para a realização das suas missões, a GN está organizada (de acordo com o art.º 4 do Decreto-Lei nº 30/2007 de 20 de agosto) da seguinte forma: Corpo de Polícia Militar (PM), Corpo de Fuzileiro Navais, Corpo da Artilharia e Unidades de Apoio. Esta estrutura é igual em todos os comandos territoriais.

### **2.4. Guarda Costeira**

A Guarda Costeira (GC) tem como missão fundamental a vigilância e fiscalização do espaço aéreo e marítimo, bem como a ZEE. É a componente das FA destinada à defesa e

---

<sup>33</sup> Estabelece as atribuições, competências e organização da Guarda Nacional.

<sup>34</sup> Corpo da Guarda Nacional que se destina à manutenção da lei e da ordem. É uma força militar que exerce funções de polícia no seio da sociedade civil.

<sup>35</sup> Ver o Anexo B – Comandos Territoriais.

proteção dos interesses económicos marítimos sob jurisdição nacional, e o apoio aéreo e naval às operações terrestre e anfíbias, de acordo com as suas missões específicas. De modo a assegurar a salvaguarda dos interesses da nação e para melhor cumprir as suas missões, a GC está organizada da seguinte forma: Esquadrilha Naval, Esquadrilha Aérea e Unidades e Serviços atribuídos.

As áreas marítimas<sup>36</sup> sob a jurisdição de Cabo Verde e as atividades e recursos naturais que daí advêm são um fator importante para a economia e para o desenvolvimento do país, relevando assim a importância e o emprego da GC na vigilância e fiscalização das atividades marítimas. A Esquadrilha Aérea (EA) é parte integrante da GC e tem por missão participar na defesa militar do país através de operações aéreas. Cooperar com as outras componentes da FA na defesa militar do país e nas OMIP, nomeadamente com a Esquadrilha Naval e outras entidades civis nos domínios da evacuação médica e da busca e salvamento. Para o cumprimento desta missão a EA conta com uma aeronave do tipo DO 228-212 (Dornier) e estão previstos novos equipamentos, designadamente um helicóptero e dois aviões Bandeirantes (C-95) da Força Aérea Brasileira (Portal das Forças Armadas)<sup>37</sup>. A Esquadrilha Naval (EN) é parte integrante da GC, com comando situado na ilha de São Vicente, e tem como missão fundamental a vigilância e fiscalização do espaço marítimo, o controlo das atividades no mar e a participação nos compromissos internacionais assumidos. A EN promove o aprontamento e apoio logístico e administrativo das unidades navais, dispondo presentemente de 5 navios de patrulhamento e busca e salvamento (Portal das Forças Armadas).

### **Síntese Conclusiva**

O espaço estratégico nacional e a dispersão das ilhas requerem a existência de uma Força de Reação Imediata (FRI) e de Planos de Emergência que possam ser ativados. Por outro lado, muitas das OMIP exigem uma resposta imediata e autónoma, para isso requerem uma força com capacidade de resposta rápida, podendo atuar em qualquer parte do arquipélago e com capacidade de apoiar a proteção civil em situações de catástrofe ou de calamidade. A FRI é caracterizada por ser uma força pequena, conjunta e composta com meios terrestres, aéreos e marítimos com alguma autonomia. Por exemplo a FRI criada em

---

<sup>36</sup> As áreas marítimas de acordo com a Lei n.º 60/IV/92 de 21 de dezembro no seu artigo 1º, compreende: o mar interior, as águas arquipélagos, a zona contígua, o mar territorial, a zona económica exclusiva e plataforma continental.

<sup>37</sup> Portal das Forças Armadas de Cabo Verde. Disponível [em: <http://www.fa.gov.cv/>].



Portugal criada em 2012 para dar resposta às capacidades estratégicas do interesse nacional, com uma elevada prontidão, flexibilidade e capacidade de projeção e sustentação. Essa força, é ativada pelo CEMGFA, está vocacionada para a execução das seguintes missões nomeadamente operações de Evacuação de Não Combatentes, operações de assistência humanitária e missões no âmbito acidentes graves, catástrofes ou calamidade e colaboração com proteção civil, sendo composta por elementos dos três ramos da FA, (Marinha, Exército e Força Aérea) (Revista de Artilharia, 2015, pp. 27-29). No caso das FACV justifica-se a existência de uma FRI. Sendo um país pequeno, com um efetivo militar reduzido tendo em conta a dispersão das ilhas, tal seria uma mais-valia. Tendo em conta a estrutura das FACV, essa força podia ser constituída com meios aéreos, navais e terrestres da GN e da GC, e direcionada para OMIP em apoio à proteção civil, e às populações, como por exemplo no caso da erupção vulcânica na ilha do Fogo.

Relativamente aos planos de emergência estas são um aspeto muito importante e eficiente que permite rentabilizar tempo, pessoal e material, uma vez que os planos já estão predefinidos, treinados e direcionados conforme for o caso, permitindo simplificar a colaboração entre as FA, FSS e SNPC e facilitar integração no Sistema Integrado de Segurança Nacional. Estes planos devem ser em coordenadas com as FSS, a Proteção Civil e outras entidades ligadas à segurança. Por exemplo, no caso das FAP, existem vários planos coordenados com outras entidades, nomeadamente com a proteção civil, no âmbito dos incêndios (o Plano Lira, Plano Fauno no caso da vigilância e proteção florestas) e da cheia (Plano Tejo, da marinha).

É de referir que em Cabo Verde não existem força de segurança com capacidade e meios marítimos para substituir a EN, neste sentido é uma mais-valia o emprego da GC na segurança interna, em colaboração com outras FSS.

A segurança marítima e aérea tem vindo a crescer nos últimos anos em Cabo Verde. Sendo um país com uma vasta área oceânica sob a sua jurisdição, tem-se registado um maior empenhamento dos meios marítimos e aéreos da GC, tal levou a que a GC se desenvolvesse avançar mais rapidamente que a GN, no âmbito da formação e do reequipamento. Ainda assim, os meios da GC são claramente insuficientes para a vigilância da ZEE, sendo importante a colaboração com outros países nesse âmbito.

## **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA/MÉTODO E MATERIAIS**

#### **Nota Introdutória**

A metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir (Sousa e Batista, 2011, p. 53). Nesta parte será apresentada a metodologia do trabalho, nomeadamente: método e tipo de abordagem, métodos e técnicas de recolha de dados utilizados, procedimentos de amostragem e técnicas de tratamento e análise de dados.

#### **3.1. Método de abordagem**

Quanto a sua natureza o presente trabalho constitui-se como uma investigação aplicada. Quanto ao método de abordagem, aplicamos o método hipotético-dedutivo proposto por Karl Popper, que consiste na formulação de hipóteses ou conjunturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos, ou seja, baseia-se na observação, fatos e ideias para validar ou não as hipóteses (Sarmiento, 2013, p. 9). Relativamente ao Tipo de abordagem, tendo em conta a natureza do nosso trabalho, o nosso estudo insere-se no plano qualitativo, que por si só vai condicionar de alguma maneira as técnicas de recolha de dados. Na investigação qualitativa não existe preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados, e não coloca a validade e fiabilidade dos instrumentos como na investigação quantitativa (Sousa & Baptista, 2011, p. 56).

#### **3.2. Técnicas, Procedimentos e Meios utilizados**

A Técnica de recolha de dados é um conjunto de processo operativo que nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação (Sousa e Batista, 2011, p. 70). Assim sendo, recorreremos a duas técnicas de recolha de dados: a entrevista e análise documental. A entrevista é uma investigação qualitativa, que permite a recolha de informação através da comunicação individual ou de grupo (Sarmiento, 2013).

Tendo em conta que a nossa amostra reside em Cabo Verde, foram elaborados dois guiões<sup>38</sup> (A e B) de entrevista estruturada, juntamente com a carta de apresentação<sup>39</sup>, em que os entrevistados responderam às perguntas que fazem parte do guião de entrevista. Quando ao modo da entrevista, esta foi não presencial e realizadas através de inquéritos enviados por correio eletrónico (e-mail).

A análise documental permite ao investigador ter acesso a informação trabalhada por outra pessoa. Para dar sustentação teórica ao trabalho, recorremos à recolha de informação em livros, monografias, internet, revistas científicas e atas de conferências, os quais formam o conjunto das principais fontes de informação.

### 3.3. Tipo de estudo

Tendo em conta a natureza deste trabalho de investigação, seleccionámos uma abordagem descritiva, de modo reconhecer uma realidade pouco estudada e permitir levantar hipóteses de entendimento dessa realidade (Sousa e Baptista, 2011, p. 57). Tendo em consideração as questões da investigação, uma vez que visa descrever as variáveis a explorar ou relações entre elas e permitir verificar as hipóteses, realizamos um estudo de caso, neste caso sobre as Forças Armadas de Cabo Verde, sobre a realização das OMIP e a colaboração com entidades civis nesse domínio. Tendo em conta a natureza deste trabalho optamos pelo estudo exploratório que melhor se alinha com a estrutura da investigação, uma vez que seleccionamos uma abordagem descritiva e levantamos hipóteses (Marshall e Rossman).

### 3.4. Material, Instrumento e Procedimento de análise de dados

Para a elaboração deste trabalho de investigação utilizamos o *Microsoft Office Professional Plus 2013*. A Internet foi um instrumento determinante durante a pesquisa documental e no envio das entrevistas, que de outra maneira seria difícil tendo em conta o local da amostra situado em Cabo Verde. Depois da receção das entrevistas, procedemos à verificação dos dados (importância dos dados relativamente aos objetivos), fizemos uma leitura minuciosa, das entrevistas de modo a permitir identificar as categorias a usar no tratamento dos dados e classificar e agregar os mesmos. De seguida procedemos ao tratamento dos dados, em que determinamos as unidades de registo e unidades de contexto.

---

<sup>38</sup> Ver o apêndice C e D – Guião de Entrevista.

<sup>39</sup> Ver o apêndice – B Carta de Apresentação.

Por último elaborámos as matrizes de registo da análise de conteúdo que permitiu verificar a validade e fiabilidade das conclusões (Sarmiento, 2013, p. 51).

### 3.5. Amostragem: Composição e Justificação

Qualquer estudo científico enfrenta o dilema de estudo da população ou da amostra (Sousa & Baptista, 2011). De acordo com Fortin (2009, p. 202), amostra é “*uma réplica em miniatura da população alvo*”. Este trabalho analisa as atuais OMIP imputadas às Forças Armadas de Cabo Verde, identificando a sua importância e a sua interação com as entidades civis neste domínio as informações necessárias vão ser recolhidos junto daqueles que participam ou colaboram direta ou indiretamente nesse tipo de missões. Assim sendo, decidiu-se entrevistar<sup>40</sup> os militares (com funções de comando) e civis que participam nesta tipologia de missões, tendo sido realizadas sete entrevistas<sup>41</sup>: O Brigadeiro Antero Matos, Consultor no Departamento de Paz e Segurança da Comissão da União Africana, foi selecionado por desempenhar funções no âmbito da segurança e na qualidade de Ex- Chefe Estado Maior das Forças Armadas de Cabo verde e Ex-Conselheiro de Segurança Nacional e por ter estado envolvido no processo de reforma das Forças Armadas; o Tenente-Coronel Anildo Moraes, atual comandante da Guarda Costeira, uma vez que as suas missões estão essencialmente voltados para OMIP; o Capitão de Patrulha Armindo da Graça, por ter desempenhado a função de comandante da Esquadilha Naval; o Capitão Carlos Gomes Dias, ajudante de campo do Ministro de Defesa Nacional; o Capitão-Tenente José Lopes Tavares, Diretor do COSMAR, que assegura o planeamento e a execução de operações no domínio da segurança marítima no espaço sob jurisdição nacional e na zona económica exclusiva; o Ex-Ministro de Defesa Nacional, Jorge Tolentino, atual Ministro de Relações Exteriores, por ter estado envolvido no processo de reforma das Forças Armadas e na elaboração do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional; o professor (Doutor), Corsino Tolentino, Embaixador reformado, professor e investigador nas temáticas das migrações e integração regional, pelo desempenho de cargos relacionadas com a segurança e o desenvolvimento de Cabo Verde.

---

<sup>40</sup> Ver os apêndices de F a L – Transcrição das Entrevistas.

<sup>41</sup> Ver o apêndice E – caracterização dos entrevistados.

## CAPÍTULO 4

### RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### Nota Introdutória

Neste capítulo serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos através das entrevistas efetuadas. Para isso vamos aplicar o modelo de análise que permite organizar os dados por ideias mais relevantes das respostas das entrevistas efetuadas. Para a análise de conteúdo das entrevistas, iremos aplicar o modelo da análise da Manuela Sarmiento (2013). Começamos pela leitura minuciosa das entrevistas, de seguida fazemos a diferenciação de segmentos do texto e determinamos as Unidades de Registo<sup>42</sup> em que construímos a Matriz de Codificação Alfanumérica e marcamos no texto as Unidades de Contexto. De seguida elaboramos as matrizes das Unidades de Contexto<sup>43</sup> e Unidades de Registo por questão (codificamos as unidades de registo). Por forma a permitir uma análise quantitativa dos dados, contruímos matrizes de análise de conteúdo, tendo em colunas as categorias, unidades de registo, entrevistados, unidade de enumeração e resultados.

#### 4.1. Apresentação e Análise das Entrevistas (análise de conteúdo)

Tabela 1 - Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas

CODIFICAÇÃO ALFANUMERICA E CROMATICA DAS ENTREVISTAS	
Segmentação	Unidade de Registo (UR)
<b>Questão N.º 1A:</b> No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) fazem parte do leque possível de ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?	
1.1	No âmbito da Segurança Interna;

<sup>42</sup> Unidades de Registo são os fragmentos mínimos de conteúdo que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria. Trata-se uma unidade de segmentação ou recorte, que pode ser definida por uma palavra (palavra-chave), uma expressão (conceito-chave), uma frase ou um parágrafo do texto (Sarmiento, 2013, p.54).

<sup>43</sup> Unidade de Contexto são segmentos do texto (da mensagem) que contem as unidades de registo e, portanto, de maiores dimensões do que a unidade de registo. Permitem compreender o significado das unidades de registo (Idem).

1.2	No âmbito da Proteção Civil;
1.3	No âmbito do Apoio à População;
<b>Questão N.º 2A:</b> Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?	
2.1	Forças e Serviço de Segurança;
2.2	Empresas Privadas que prestam serviço público;
2.3	Autarquias Locais
2.4	Autoridades Marítimas
<b>Questão N.º 3A:</b> Quais as Principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?	
3.1	Tráfico de droga, de armas, de pessoas e criminalidade organizada;
3.2	Proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva;
3.3	Pirataria marítima, atividades ilícitas no mar e imigração ilegal
3.4	Epidemias;
<b>Questão N.º 4A:</b> Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?	
4.1	Recursos humanos insuficientes e com formação adequada;
4.2	Recursos financeiros insuficientes;
4.3	Necessita de meios técnicos (meios de comunicações e transportes);
<b>Questão N.º 5A:</b> Tendo em conta as infraestruturas e a organização estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?	
5.1	Sim, as infraestruturas são adequadas ao cumprimento das OMIP;
5.2	Sim, a estrutura/ organização é adequada ao cumprimento das OMIP;
5.3	Não, as infraestruturas e a estrutura não se adequam às OMIP;
<b>Questão N.º 6A igual a 2B:</b> O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?	
6.1	Sim, é uma mais-valia, tendo em conta o contexto de Cabo Verde (escassez de recursos financeiros e naturais);
6.2	Sim, para a sobrevivência das FA;
<b>Questão N.º 7A Igual a 1B:</b> Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?	
7.1	Sim, é uma boa opção (não duplicação de meios);
7.2	Sim, é uma boa opção (Sobrevivência das FA e atuar em outras aéreas);
<b>Questão N.º 8A igual a 3B:</b> Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?	
8.1	Funciona normalmente;
8.2	Deve ser melhorado a nível da coordenação e articulação;
8.3	O empenho do poder político é determinante;
8.4	A preparação técnica e científica dos militares é deficiente;
<b>Questão N.º 9A igual a 4B:</b> O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio	

colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?	
9.1	O CEDSN é um documento importante e estabelece as principais orientações no que respeita à segurança e defesa;
9.2	O CEDSN deve ser atualizado, foi elaborado sem a coordenação com diversas instituições nacionais;
9.3	Pouca gente tem conhecimento do valor deste documento, é um documento formal, porque todos os Estados devem possuir;
9.4	A reforma das FA veio colmatar as lacunas no seio das FA (novas missões, reestruturação e reorganização das FA);

A Tabela n.º 3 apresenta a síntese das ideias chave das respostas à Questão n.º 1A: “No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP poderão possível de ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?”

Tabela 2 – Síntese dos resultados da Questão n.º 1A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Colabora na manutenção da segurança e ordem pública em apoio à Polícia Nacional...”, “...A proteção de infraestruturas críticas...”	1.1
E2	“...Busca e salvamento e salvamento, fiscalização das pescas na ZEE e nas zonas costeiras...”, “...vigilância e proteção dos recursos do leito do mar, do subsolo marinho e património cultural subaquático, a preservação do meio marinho e combate a poluição...” “...Evacuação medica...”	1.1 1.3
E3	“...No combate à imigração ilegal...”, “...No combate ao narcotráfico...”, “...No combate à pesca ilegal...”	1.1
E4	“...Contribuir para a garantia do bem-estar da nação...”, “...No sentido de restabelecer as condições que garantem a estabilidade, a legitimidade democrática e o garantir da liberdade das pessoas...”	1.3
E5	“...Da saúde e saneamento público, com intervenções regulares e participação decisiva nas campanhas promovidas pelas autoridades sanitárias...”, “...Das epidemias da Dengue, ocasião em que os militares estiverem na primeira linha do combate a uma ameaça...”	1.3
E6	“...Apoiar as instituições nacionais ou estrangeiras envolvidas em ações de investigação cinética na área marítima sob a jurisdição nacional...”, “...Cooperar com os organismos e serviços competentes em matéria de segurança marítima...”, “...Garantir a fiscalização das áreas marítimas sob a jurisdição nacional...”, “...fiscalização das atividades de pesca, poluição marítima, busca e salvamento, outros tipos de atividades ilícitas como o narcotráfico, imigração clandestina, controlos fronteiriços...”	1.1

	“...Alertando as autoridades nacionais para a aplicação das medidas determinadas no âmbito da luta contra este vírus...”	1.3
--	--	-----

Tabela 3 - Análise Quantitativa da Questão n.º 1A

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados						UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6		
<b>Questão 1A:</b> No nº 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanado as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?									
Quais as atuais OMIP desenvolvidas pelas FA de Cabo Verde	1.1 No âmbito da segurança interna	X	X	X			X	4/6	67%
	1.2 No âmbito de proteção civil							0/6	0%
	1.3 No âmbito do apoio à população		X		X	X	X	4/6	67%

A Tabela n.º 5 apresenta a síntese das ideias chaves das respostas à Questão n.º 2A: “Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?”

Tabela 4 – Síntese dos resultados da Questão n.º 2A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Instituições como a Policia Nacional, a Polícia Judiciaria, a autoridade Aeronáutica, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros...”	2.1
	“...Camaras Municipais, outros serviços do Estado, designadamente os serviços de saúde pública...”	2.3
	“...Empresas públicas de segurança aérea, de produção e distribuição de água e energia elétrica e de telecomunicações...”	2.2
	“...Autoridade marítima...”	2.4
E2	“...Capitanias dos portos, Polícia marítima, Direção Geral dos Recursos Marinhos...”	2.4
	“...Policia Judiciaria...”	2.1
E3	“...Policia Judiciaria...”	2.1
	“...Policia Marítima, Inspetores de pesca...”	2.4
	“...Aeroporto e Segurança Aérea (ASA) ...”	2.2
	“...Hospitais...”	2.3
E4	“...Proteção Civil, Policia Nacional, Bombeiros...”	2.1
	“...Camaras Municipais, Ministério de Saúde (delegacias e centro de saúde) ...”	2.3
E5	“...Entidades da área de saúde (autoridade sanitárias e outros) ...”	2.3
	“...Diferentes organizações não-governamentais, mas igualmente entes públicas...”	



		2.2
E6	“...Agência Marítima e Portuária...”, “...A Direção geral dos Recursos Marinhos, O Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas...”	2.4
	“...Polícia Judiciária...”, “...Polícia Nacional...”	2.1
	“...Agências estrangeiras...”	2.2

Tabela 5 - Análise Quantitativa da Questão n.º 2A

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados						UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6		
Questão 2A: Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?									
As entidades civis que colaboram com as FA na realização das OMIP	2.1 Força e Serviço de Segurança.	X	X	X	X		X	5/6	84%
	2.2 Empresas Privadas que prestam serviço público	X		X		X	X	4/6	67%
	2.3 Autarquia Local	X		X	X	X		4/6	67%
	2.4 Autoridades Marítimas.	X	X	X			X	4/6	67%

A Tabela nº 7 apresenta a síntese das ideias chave das respostas à Questão n.º 3A: “Quais as Principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?”

Tabela 6- Síntese dos resultados da Questão n.º 3A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Agressão externa...”, “...O narcotráfico, o tráfico de armas e de pessoas e a criminalidade organizada...”, “...O terrorismo...”, “...A Criminalidade organizada...” “...Pirataria marítima e as atividades ilícitas no mar...” “...A proliferação da armas nucleares e de outras armas de destruição massiva...”	3.1 3.3 3.2
E2	“...Pesca ilegal...”, “...Pirataria...”, “...Poluição marítima e degradação ambiental...” “...Tráfico de estupefacientes...”, “...Tráfico humano...”	3.3 3.1
E3	“...Terrorismo...”, “...narcotráfico ou seja os crimes transnacionais...” “...Imigração ilegal, pesca ilegal...”	3.1 3.3
E4	“...Tráfico de droga...”, “...Crime organizado...” “...Imigração ilegal...”	3.1 3.3
E5	“...O narcotráfico, com toda a criminalidade organizada e ela conexas, o tráfico de armas e de pessoas, e terrorismo...” “...As epidemias...”	3.1 3.4
E6	“...Narcotráfico...”, “...tráfico de armas e de seres humanos...” “...A pirataria e a pesca ilegal...”	3.1 3.3

Tabela 7 - Análise Quantitativa da Questão n.º 3A

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados						UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6		
Questão 3A: Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?									
Ameaças que podem colocar em causa a segurança nacional em Cabo Verde	3.1 Tráfico de droga, de armas, de pessoas e a criminalidade organizada.	X	X	X	X	X	X	6/6	100%
	3.2 Proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva.	X						1/6	17%
	3.3 Pirataria marítima, atividades ilícitas no mar e imigração ilegal	X	X	X	X		X	5/6	84%
	3.4 As epidemias.					X		1/6	17%

A Tabela n.º 9 apresenta a síntese das ideias chave das respostas à Questão n.º 4A: Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as missões que ilhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?

Tabela 8 - Síntese dos resultados da Questão n.º 4A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Recursos financeiros, sendo insuficientes...”, “...Consignação orçamental...”	4.1
	“...Algumas missões de interesse público requerem a utilização de meios materiais, concretamente de meios técnicos...”	4.2
E2	“...Os principais constrangimentos têm a ver com falta de pessoal...”	4.3
	“...Os principais constrangimentos têm a ver com falta de verbas para o funcionamento e a manutenção dos meios...”	4.1
E3	“...Falta de pessoal com formação com formação adequada...”, “...devia haver uma profissionalização mais alargada das FACV...”	4.1
E4	“...Em termos de pessoal embora com algumas dificuldades...”	4.3
	“...Falta de alguns materiais, tem havido muitos constrangimentos, e muita das vezes leva a que algumas solicitações não sejam respondidas de imediato...”, “...Em termos de materiais temos sim, défice de materiais de apoio, como por exemplo viaturas de transporte de pessoal...”	4.2
E5	“...Os constrangimentos são antes de mais de natureza material...”, “...Dispor de cada vez mais meios idóneos para esse fim...”	4.2

	“...Dificuldade de meios Humanos...”; “...Refiro-me à quantidade mas também ao seu adestramento para assumir e realizar da melhor forma essa nova geração de missões...”	4.3
E6	“...Grandes limitações do pessoal...” “...Limitações (...), de algumas capacidades materiais informações e radares...”	4.3 4.2

Tabela 9 - Análise Quantitativa da Questão n.º 4A

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados						UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6		
Questão 4A: Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?									
Meios humanos e materiais com que as FA cumpri as suas missões no âmbito das MIP e os constrangimentos	4.1 Recursos humanos insuficientes e com formação adequado	X	X	X				3/6	50%
	4.2 Recursos financeiros insuficientes	X			X	X	X	4/6	67%
	4.3 Necessita de meios técnicos (meios de comunicação, transportes).		X		X	X	X	4/6	67%

A Tabela n.º 11 apresenta a síntese das ideias chaves das respostas à Questão n.º 5A: “Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são mais adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?”

Tabela 10 - Síntese dos resultados da Questão n.º 5A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...A reforma iniciada a partir de 2001 tem vindo essencialmente a reconfiguração e adequação das FA para o cumprimento dessas missões...” “...A sua organização vem sendo paulatinamente adequada ao cumprimento dessas novas missões...”, “...As missões da Guarda Costeira são essencialmente viradas para o interesse público...”, “...A substituição das unidades de Infantaria pelo corpo da Polícia Militar, bem como a previsão de unidades de fiscalização costeira, são também claros sinais da adequação da organização das FA para o cumprimento de OMIP...”	5.1 5.2
E2	“... A estrutura existente é adequada para o cumprimento das OMIP...”	5.2
E3	“...Não...”	5.3
E4	“...Atual organização das FA não é adequada aos novos tempos, precisa sim, um estudo aprofundado e uma nova organização...”	5.3

E5	“...De um modo Global, todo o modelo de organização das FA está sob questionamento...”, “...Penso que as resposta no âmbito das OMIP tem sido positivo...”	5.2
E6	“...No caso do COSMAR Sim...”	5.1/5.2

Tabela 11 - Análise Quantitativa da Questão n.º 5A

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados						UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6		
Questão 5A: Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são as mais adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?									
Opinião sobre as infraestruturas e a estrutura/organização para o cumprimento das OMIP	5.1 Sim, as infraestruturas são adequados ao cumprimento das OMIP	X					X	2/6	34%
	5.2 Sim, a estrutura/organização é adequada ao cumprimento das OMIP	X	X			X	X	4/6	67%
	5.3 Não, as infraestruturas e a estrutura não são adequado ao cumprimento das OMIP			X	X			2/6	34%

A Tabela n.º 13 apresenta a síntese das ideias chaves das respostas às Questões n.º 6A e 2B: “O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?”

Tabela 12 - Síntese dos resultados das Questões n.º 6A e 2B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...A situação económica e social do país caracterizada pela debilidade da economia e, consequentemente, por uma constante escassez de recursos e crescente e o prementes necessidades a suprimir, o modelo de destinação dupla...”	6.1
	“...Não só é de grande utilidade social como será, porventura, a única via para a sobrevivência das próprias FA...”	6.2
E2	“...É um termo já utilizado no seio das FA de Cabo Verde. Num país como as nossas características é o modelo que melhor se adapta a nossa realidade...”	6.1
E3	“...Há que haver adaptação às mudanças...sem essa não haverá FA que resistam...”	6.2
E4	“...Sim seria uma boa opção...” “...Mas em termos de profissionalização, o país neste momento não tem condições financeiros para avançar com a profissionalização das FA...” “...Deve-se sim, repensar que FA queremos e	

	que o país precisa, com mais formações com critérios regidos de seleção e com melhores condições para todos...”	6.2
E5	“...Trata-se de uma opção correta...”	6.1
E6	“...Sem sobras para dúvidas que é uma boa opção...”	6.1
E7	“...Os fracos recursos económicos devem obrigar a uma comparação constante e rigorosa dos custos com os benefícios...”	6.1
	“...A colaboração entre as FA e as instituições da sociedade civil não pode ser contra a disciplina e o prestígio das FA. Deve reforça-los...”	6.2

Tabela 13- Análise Quantitativa das Questões n.º 6A e 2B

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							UE	Resultados (%)	
		1	2	3	4	5	6	7			
Questão 6A igual 2B: O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?											
O Modelo Duplo Uso no seio das FA é uma boa opção	6.1 Sim, é uma mais-valia, tendo em conta o contexto de Cabo Verde (escassez e recursos financeiros e naturais)	X	X			X	X	X	5/7	71%	
	6.2 Sim, para a sobrevivência das FA	X		X	X			X	4/7	57%	

A Tabela n.º 15 apresenta a síntese das ideias chave das respostas às Questões n.º 7A e 1B: “Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?”

Tabela 14 - Síntese dos resultados das Questões n.º 7A e 1B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Permitiriam que as FA pudessem atuar em áreas não tradicionais...”, “...Mas sim uma constante da mais-valia que constitui para as FA e a colaboração com entidades civis em MIP...”	7.2
E2	“...É uma mais-valia, pois sendo Cabo Verde um país com pouco recursos...” “...A interoperabilidade entre todos os agentes com responsabilidade nas diversas áreas de interesse público de funcionar eficaz por forma à rentabilização dos recursos...”	7.1 7.2
E3	“...Claro que sim...”, “...Há que aproveitar as outras instituições e juntar sinergias para o objetivo comum...”	7.2
E4	“...Sem dúvida...”, “...Leva a que a sociedade mude de mentalidade em relação a importância das FA...”, “...Defende a extinção das FA alegando a falta de utilidade e importância das FA para o país...”	7.2

E5	“...Sem dúvida que se trata de uma mais-valia...”, “...Estar melhor preparadas para este novo feixe de desafios e ameaças...” “...Em suma uma oportunidade para as FA se fortalecerem enquanto instituição...”	7.2 7.1
E6	“...Sim...”, “...No caso particular da Guarda Costeira, que é a única instituição com capacidades de meios para garantir o cumprimento das missões no âmbito da segurança marítima...”	7.2
E7	“...Acho absolutamente necessário as FA colaborarem com entidades civis na realização das MIP, tais como segurança pública, proteção civil, operações de combate às epidemias e educação em geral cívica...” “...A questão de fundo é o uso eficiente das FA...”	7.2 7.1

Tabela 15- Análise Quantitativa das Questões n.º 7A e 1 B

Categoria	Unidades de Registo	Entrevistados							UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Questão 7A igual 1B: Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Publico?										
Colaboração entre FA e entidades civis é uma mais-valia	7.1 Sim, uma boa opção, (não duplicação de meios)		X			X		X	3/7	42%
	7.2 Sim, uma boa opção (sobrevivência das FA e atuar em outras aéreas)	X	X	X	X	X	X	X	7/7	100%

A Tabela n.º 17 apresenta a síntese das ideias chave das respostas às Questões n.º 8A e 3B: “Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?”

Tabela 16 - Síntese dos resultados das Questões n.º 8A e 3B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...É saudável...”, “...é claro existem altos e baixo nesse relacionamento e nem sempre é igual...”	8.1
	“...Contribuir, também para uma melhor cooperação e colaboração institucionais...”	8.2
E2	“...A colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde funciona normalmente...”	8.1
	“...Contudo alguns aspetos a nível de coordenação e troca de informação devem ser melhorados para funcionar de forma mais fluida...”	8.2
E3	“...As relações, no cômputo geral são boas...”	8.1
	“...Deveria haver o conceito de <i>MISSION COMMAND</i> ...”	8.2
E4	“...Tem sido positivo...”	8.1
	“...Ausência de uma lei que regulasse esta colaboração.”	8.3

	“...Alguma discórdia estava relacionada com a ideia da subordinação das FA em relação as outras forças de segurança...”	8.2
E5	“...A colaboração tem acontecido normalmente. Ela é boa...” “...Acredito que uma vertente que precisa ser melhorada rapidamente é a da articulação...”	8.1 8.2
E6	“...A colaboração é boa...” “...Apesar de ainda ser necessário muito mais articulação para que haja mais confiança e entrosamento...”, “...É necessário mais treino e confiança entre as instituições parceiras, partilha de informações...”	8.1 8.2
E7	“...A liderança política tem sido ineficaz...” “...A preparação científica e técnica das FA é deficiente...” “...Precisa-se maior integração do sistema das FA e da governação do país...”	8.3 8.4 8.2

Tabela 17 - Análise Quantitativa das Questões n.º 8A e 3B

Categoria	Unidade de registo	Entrevistas								UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7	8		
Questão 8A igual a 3B: Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?											
Caraterizar a colaboração FA e FSS em Cabo Verde, as principais dificuldades	8.1 Funciona normalmente	X	X	X	X	X	X			6/7	85%
	8.2 Deve ser melhorado a nível da coordenação e articulação	X	X	X	X	X	X	X		7/7	100%
	8.3 O empenho do poder político é determinante				X			X		2/7	28%
	8.4 A preparação técnica e científica dos militares é deficiente							X		1/7	14%

A Tabela n.º 19 apresenta a síntese das ideias chave das respostas às Questões n.º 9A e 4B: “O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesas para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das FA, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca a Missão, Organização e a Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?”

Tabela 18 - Síntese dos resultados das Questões n.º 9A e 4B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	<p>“...O objetivo principal da reforma é o de alargar o papel das FA, transformando-as no sentido de aumentar a sua eficácia e de capacitá-las para o exercício de outras funções do Estado...”</p> <p>“...Traçou os princípios doutrinários que trespassam a política de segurança e defesa do governo...”</p> <p>“...Deveriam ter sido elaborados as estratégias sectoriais..., impondo-se agora a sua revisão...”</p>	<p>9.4</p> <p>9.1</p> <p>9.2</p>
E2	Não respondeu	
E3	Não respondeu	
E4	“Estes documentos, na verdade são de extrema importância para o bom funcionamento das FA...”	9.1
E5	<p>“...O CEDSN faz uma leitura correta da realidade cabo-verdiana no atinente à defesa e à segurança nacional...”</p> <p>“...O essencial que está nesse documento fundamental e pioneiro tem necessariamente de ir sendo complementando com outros instrumentos de orientação sectorial ou temática e até já mais operativos..., sobretudo, tem de ser atualizado perante a evolução que se verifique na sociedade...”</p> <p>“...A reforma das FA é um processo em curso, envolvendo uma componente institucional-legislativo...”, “...O sucesso da reforma depende da intensidade com que ele sendo assumido pela FA...”</p>	<p>9.1</p> <p>9.2</p> <p>9.4</p>
E6	<p>“...A reforma necessita ainda de ajustes principalmente ao nível da Guarda Costeira...”</p> <p>“...O CSDSN constitui um documento estratégico fundamental, contudo, falta a criação e implementação das medidas internas, com vista a sua implementação...”</p>	<p>9.4</p> <p>9.2</p>
E7	“...Não tenho opinião sobre desse documento, porque foi elaborado sem debate genuíno com a sociedade civil, não conheço e pouca gente sabe o que é interesse nacional e qual é o CEDSN que temos...”, “...O documento é apenas uma formalidade que existe porque todas as nações devem ter um, mais nada...”	9.3

Tabela 19 - Análise Quantitativa das Questões n.º 9A e 4B

Categoria	Unidade de registo	Entrevistas								UE	Resultados (%)
		1	2	3	4	5	6	7	8		
Questão 9A igual 4B: O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca a Missão, Organização e a Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?											
	9.1 CEDSN é um documento importante e	X			X	X				3/7	42%



Opinião sobre o CEDSN e a reforma de 2011 das FA	estabelece as principais orientações no que respeita a segurança e defesa										
	9.2 CEDSN deve ser atualizado, foi elaborado sem a coordenação co diversas instituições nacionais.	X				X				2/7	28%
	9.3 Pouca gente têm conhecimento do valor deste documento, é um documento formal, porque todos os Estados devem possuir.							X		1/7	14%
	9.4 A reforma das FA veio colmatar as lacunas no seio das FA (novas missões, reestruturação e reorganização das FA)	X				X	X			3/7	42%

#### 4.2. Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas

Nesta parte do trabalho serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos através das entrevistas e das respetivas análises quantitativas, por forma a responder às respetivas questões.

- **Questão N.º 1A: No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?** Como refere o Ex-Ministro de Defesa Nacional e atual Ministro de Relações Exteriores, Jorge Tolentino, num país como Cabo Verde, pequeno e com limitações de diversa índole, é de sobremaneira importante essa abertura constitucional a “Outras Missões de Interesse Público”.

Com esta questão procura-se saber quais as atuais OMIP desenvolvidas pelas FA de Cabo Verde. De acordo com os entrevistados, 67% das atuais OMIP imputadas às FA inserem-se no âmbito da segurança interna, em atividades relacionadas com a manutenção da segurança e ordem pública, proteção de infraestruturas críticas, busca e salvamento, vigilância e fiscalização do espaço marítimo sob a sua jurisdição nacional, combate à imigração ilegal, narcotráfico entre outros. Cerca de 67% no âmbito do apoio a população em tarefas relacionadas com a garantia do bem-estar, liberdades das pessoas e participação

regular nas campanhas promovidas pelas autoridades sanitárias na luta contra pandemias. Como refere o Brigadeiro General Antero Matos, estas missões representam a função específica do Estado para as quais não existem outras instituições para as realizar ou as instituições existentes não têm capacidade para as realizar plenamente, fazendo das FA um instrumento indispensável para a prossecução de outras funções de Estado que não a defesa militar. A importância destas missões para o país, como refere Capitão Carlos Dias, para além de ser a razão de ser das FA, contribui para a garantia do bem-estar da nação.

- **Questão N.º 2A: Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?** Todas as OMIP realizadas pelas FA assentam na colaboração com entidades civis e em maioria das vezes em regime de permanência. De acordo com os resultados obtidos dos entrevistados, 84% são realizadas em colaboração com as FSS, tais como, a Policia Nacional, e a Policia Judiciaria, cerca de 67% com autárquicas locais nomeadamente Camaras Municipais e Autoridades de Saúde, cerca de 67% com a Autoridade Marítima, e 67% com empresas privadas que prestam serviço público, como é o caso de empresa distribuidora de energia elétrica e telecomunicações. Tendo em conta a limitação dos meios postos à disposição das FSS em Cabo Verde, o apoio das FA complementa as capacidades e meios das FA e FSS.

- **Questão N.º 3A: Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?** As ameaças atuais são caracterizadas pela globalização. Tendo em conta a localização geográfica de Cabo Verde e de este ser um país arquipelágico, consta-se que todos os entrevistados confirmaram que as principais ameaças são: trafico de drogas, de armas, de pessoas e a criminalidade organizada, 84% dos entrevistados identificaram a pirataria marítima, atividades ilícitas no espaço marítimo e imigração ilegal como sendo as principais ameaças que podem por em causa a segurança em Cabo Verde, uma vez que o mar representa um fator importante para economia e o desenvolvimento do país, ainda cerca de 17% dos entrevistados afirmaram que a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição organizada bem como as pandemias, podem por em causa a segurança do arquipélago.

- **Questão N.º 4A: Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?** Relativamente a esta questão, todos os entrevistados partilharam da opinião que a realização destas missões por parte das FA ainda é insuficiente. Quanto aos principais constrangimentos, de acordo com os entrevistados, cerca de 67% afirmaram que algumas OMIP requerem meios técnicos

como por exemplo transporte (terrestre, marítimo e aéreo) e meios de comunicação. Quando aos recursos financeiros, cerca de 67% afirmaram que são insuficientes, como refere o Brigadeiro General Antero Matos, sendo os recursos financeiros insuficientes para as necessidades próprias das FA, terão (em regra) que ser propiciados pela entidade beneficiária da colaboração. Ainda 50% dos entrevistados afirmaram que um dos principais constrangimentos tem a ver com falta de pessoal e muitas das vezes com falta de formação adequada, como refere o ex-Ministro de Defesa Jorge Tolentino, com adestramento para assumir e realizar, da melhor forma, essa nova geração de missões.

- **Questão N.º 5A: Tendo em conta as infraestruturas e a Organização, estas são as mais adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?** É importante aqui salientar que a reforma das FA tem em vista a sua adequação ao cumprimento das OMIP. A própria estrutura das FA em dois ramos (não clássicos como conhecemos), a Guarda Nacional e a Guarda Costeira assim o indicado. Como refere o Brigadeiro General Antero Matos, as missões da Guarda Costeira são essencialmente viradas para o interesse público, não existindo no país outra instituição que concorra com ela na maior parte dessas missões, tendo a GC assumido a responsabilidade de coordenação das operações de SAR, aeronáutico e marítimo, deverá aprofundar-se a adequação orgânica e de infraestruturas para responder cabalmente às novas missões no âmbito das OMIP. Ainda para reforçar essa ideia, as unidades de infantaria foram transformadas em corpos de Polícia Militar que tem como função participar na manutenção da ordem pública e em apoio às FSS. Isso levou que cerca de 67% dos entrevistados afirmassem que a estrutura das FA é adequada ao cumprimento das OMIP e 34% confirmaram que as infraestruturas são adequadas ao cumprimento das OMIP. Por outro lado, 34% afirmaram que a estrutura e as infraestruturas existem não é adequado ao cumprimento das OMIP. Como refere o Ministro Jorge Tolentino, para responder melhor às necessidades do país-arquipélago, deve ser pensado e encontrado um modelo de FA, numa relação correta entre o investimento e os resultados.

- **Questões 6A e 2B: O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face as novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte, isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?** Relativamente a esta questão, os entrevistados foram unânimes em afirmar que é uma mais-valia para as FA o modelo de “Duplo Uso”. Cerca 71% dos entrevistados consideram ser uma boa opção tendo consideração o atual contexto de Cabo Verde, com escassez de recursos financeiros e

naturais. Como refere Corsino Tolentino, os fracos recursos económicos devem obrigar a uma comparação constante e rigorosa dos custos com os benefícios esperados. Por outro lado, cerca de 57% dos entrevistados convergiram na mesma opinião, de que esta é uma boa opção para a própria sobrevivência das FA. O papel do poder político nestas mudanças é determinante, porque dependem de recursos financeiros e materiais, bem como um enquadramento legal (legislação). Relativamente ao treino e formação, e de acordo com os entrevistados, estas mudanças já estão a ser implementadas de acordo com a reforma das FA iniciada em 2001. Relativamente à profissionalização, como refere o Capitão Carlos Dias, o país (neste momento) não tem condições financeiras para avançar com a mesma.

- Questões N.º 7A e 1 B: **Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?** Os entrevistados foram unânimes em afirmar que tal colaboração é uma mais-valia para as FA, permitindo-lhes as FA atuar em outras áreas além de defesa militar, como a segurança interna, a proteção civil e o apoio à população. Levou a que estas sejam a instituição em que os cabo-verdianos mais acredita. De acordo com os entrevistados, a colaboração das FA na realização das OMIP e na colaboração com entidades civis contribui para a própria sobrevivência das FA, e permite que se fortaleçam como instituição. Cerca de 42% dos entrevistados afirmaram que é uma mais-valia, porque leva à não duplicação de meios, num país como Cabo Verde a interoperabilidade dos meios e a capacidade são fatores relevantes para o desenvolvimento do país.

- Questão N.º 8A e 3B: **Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças e Serviço de Segurança em Cabo verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?** Regista-se que cerca de 85% dos entrevistados convergiram na opinião de que a colaboração com FSS é positivo e funciona normalmente. Relativamente às dificuldades dessa colaboração, os entrevistados foram unânimes em referir que as principais dificuldades se deve à ineficiência da coordenação e articulação entre FA e as forças envolvidas. Como refere o Ministro Jorge Tolentino, a colaboração é boa, e a vertente que precisa ser melhorada rapidamente é a da articulação, ao nível dos canais institucional de comando estabelecido, e sobretudo, pela regularidade na concentração no plano operacional. Ainda cerca de 28% dos entrevistados salientam ainda que o empenho do poder político é determinante para uma boa relação de cooperação, e cerca de 14% dos entrevistados ressaltam que a preparação técnica e científica dos militares é deficiente em algumas aéreas de intervenção do ramo do direito. Uma outra dificuldade com que nos deparamos quanto à colaboração é a ausência de uma lei que regule as mesmas,

como disse Carlos Dias, não havia nada que delimitasse o campo de atuação das forças envolvidas, o que motivou algum choque de opinião. Para ultrapassar as dificuldades acima referidas, de acordo com o Brigadeiro General Antero Matos, deve existir uma maior persistência na colaboração institucional e na regulamentação de todos os seus aspetos, passíveis de serem postos claramente em normas e procedimentos, sendo determinante o empenho do poder político é determinante.

- **Questões 9A e 4B: O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e a Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?** Com esta questão procura-se saber qual é opinião dos entrevistados sobre o valor destes dois documentos. Dois dos entrevistados não responderam a esta questão, e um dos entrevistados revela o desconhecimento do documento, alegando que foi elaborado sem debate genuíno com a sociedade civil, que pouca gente sabe o que é o interesse nacional e qual é o CEDSN que temos, e que o documento é apenas uma formalidade que existe porque todas as nações devem ter um. Por essa razão, apenas cerca de 28% dos entrevistados apontaram para a atualização dos CEDSN. Como refere o Brigadeiro-General Antero Matos, deveriam ter sido elaboradas estratégias sectoriais que possibilitariam a concretização das principais orientações nelas contidas, o que infelizmente não foi feito, impondo-se agora a sua revisão, em razão de alteração substancial de algumas premissas que orientaram a sua elaboração. Relativamente ao CEDSN, 42% dos entrevistados concordaram que é um documento importante para o país e que estabelece as orientações da estratégia da segurança e defesa nacional. No que diz respeito à reforma das FA, cerca de 42% dos entrevistados confirmaram que a reforma veio adaptar as FA à nova geração de missões, e trouxe uma nova organização e estrutura mais flexível e eficiente para o cumprimento das designadas OMIP. Já para o Brigadeiro-General Antero Matos, o objetivo principal da reforma é o de alargar o papel das FA, transformando-as no sentido de aumentar a sua eficácia e de capacitá-las para o exercício de outras funções do Estado.

## CAPÍTULO 5

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

## Nota Introdutória

Neste capítulo conclusivo da investigação pretendemos analisar e verificar a validade das hipóteses formuladas para cada uma das Questões Derivadas, com vista a dar resposta às mesmas e, assim, permitir uma resposta consolidada à Questão Central e, por fim apresentar algumas conclusões e recomendações para futuras investigações, bem como apresentar algumas limitações da investigação.

### 5.1. Conclusões

Para responder cabalmente à nossa Questão Central **“De que forma as Forças Armadas de Cabo Verde podem colaborar com as entidades civis nas Outras Missão de Interesse Publico em prol da segurança e desenvolvimento de Cabo Verde?”** Importa previamente dar resposta às questões derivadas levantadas.

Para responder à Questão Derivada n.º 1: “Como é feita a colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis no contexto das Outras Missões Interesse Publico em Cabo Verde?” Foi levantada a seguinte hipótese “ *A colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis é feita em três níveis: o de “Apoio”, em que FA fornecem meios materiais e pessoal, o de “Coadjuvação”, em que as FA cooperam com entidades civis sob responsabilidade desta, o de “Complemento”, em que as FA ao(contrario da coadjuvação) assumem a responsabilidades das operações e tarefas*”. A hipótese confirma-se na totalidade, tendo em conta os dados recolhidos através da análise documental e dos resultados das entrevistas. De acordo com os entrevistados as atuais OMIP inserem-se no âmbito da segurança interna, abrangendo atividades relacionadas com a manutenção da segurança e ordem pública, proteção de infraestruturas críticas, busca e salvamento, vigilância e fiscalização do espaço marítimo sob a jurisdição nacional, combate

à imigração ilegal entre outros e, no âmbito do apoio à população em particular, na participação regular nas campanhas promovidas pelas autoridades sanitárias.

Como refere o Brigadeiro-General Antero Matos, a colaboração com entidades civis depende do domínio de intervenção das FA. Assim variam os diferentes parceiros, em regra, entidades cuja função essencial seja o cumprimento da missão, objeto de atuação das FA. Segundo os dados das entrevistas, a colaboração com as entidades civis abrange FSS, as autarquias locais e empresas privadas que prestam serviços públicos (a grande maioria das vezes em regime de permanência). A colaboração com estas entidades é estabelecida nos seguintes modos:

No nível de “Apoio”, em que as FA fornecem meios humanos e materiais, como exemplo as campanhas promovidas pelas autoridades sanitárias, em que os militares estiveram em primeira linha na luta contra as pandemias (com refere o Ministro Jorge Tolentino). Outro exemplo foi a intervenção durante a erupção vulcânica na Ilha do Fogo (2015), onde foram empregues meios humanos e materiais em apoio às populações.

No nível de “Coadjuvação”, em que as FA atuam em conjunto com as entidades civis (nomeadamente as FSS) sob responsabilidade destas. Como exemplo temos as missões no âmbito da manutenção da segurança e ordem pública e no combate à imigração legal. A Constituição da República de Cabo Verde prevê e estabelece a colaboração com as FSS em que as FA ficam sob a responsabilidade destas, exceto nos Estados de Exceção em que as FA assumem o comando operacional.

No nível de “Complemento” (ao contrário da Coadjuvação) as FA assumem a responsabilidade das operações, quando não existem outras instituições para as realizar ou não têm capacidade para as realizar plenamente, como exemplo temos as missões no âmbito da vigilância e fiscalização do espaço marítimo nacional, uma vez que não existem outras forças com capacidades e meios iguais a da Guarda Costeira (componente das FA de Cabo Verde), para cabalmente as realizar. Outros são exemplo, a proteção das infraestruturas críticas, nomeadamente o Palácio do Governo e a Assembleia da República, em que as FA empregam os seus meios humanos e materiais. A articulação e coordenação é feita entre o Conselheiro de Segurança Nacional e a Comissão de Coordenação Operacional de Segurança. É importante frisar que o nível de Complemento compara-se ao modelo de “Duplo Uso” já referido neste trabalho de investigação, como forma de rentabilização dos meios civis-militares em prol do país.

Relativamente à colaboração com o SNCP, existem dois tipos de apoios: os apoios programados, de acordo com o previsto no programa de emergência sendo articulação feita entre comandos operacionais e o oficial de ligação, apoio não programado, realizado de acordo com disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao CEMFA a determinação das possibilidades do apoio e a coordenação das ações a desenvolver.

Para responder à Questão Derivada n.º 2, Quais são as capacidades e os meios das Forças Armadas que melhor podem contribuir para a realização de OMIP? foi levantada a seguinte hipótese *“Visto que, atualmente, a maioria das missões das FA de Cabo Verde estão essencialmente voltadas para as Outras Missões de Interesse Público, todos os meios e capacidades das FA podem ser utilizados em missões de interesse público”*. A hipótese

confirma-se. Como refere o Brigadeiro-General Antero Matos, as capacidades e meios exigidos por esta tipologia de missões são idênticas às requeridas pelas missões tradicionais. A participação das FA na realização das OMIP depende sempre das suas capacidades e dos meios disponíveis, não empregues nas missões principais. De acordo com os entrevistados cerca de 67% das OMIP imputadas às FA são realizadas no âmbito de segurança interna.

Neste contexto o CEDSN prevê uma série de capacidades das FA no âmbito da colaboração com as FSS, das quais destacam, a capacidade de dissuasão para desencorajar ameaças, a vigilância e controlo do território nacional e do espaço aéreo e marítimo, a busca e salvamento, a fiscalização da ZEE e a participação no SNPC, a participação na prevenção e combate ao tráfico de droga, pessoas e redes de imigração ilegal, e a colaboração com as FSS na segurança interna. Como refere o Tenente-coronel Anildo Morais, “...A Guarda Costeira deverá na composição do sistema de forças e do dispositivo do sistema de forças, possuir meios navais que permitam obter uma capacidade de intervenção oceânica e, também, de lanchas rápidas para intervenção nos portos e litorais. A capacidade de projeção de forças e equipamentos em todo o território nacional e nas águas sob soberania ou jurisdição nacional... “Como podemos verificar, estas capacidades vão de encontro com as designadas OMIP que aqui identificámos.

De acordos com os entrevistados, as respostas a estas missões têm sido positiva. As FA, no âmbito da segurança interna, empregam recursos humanos e materiais nomeadamente meios de transporte marítimo, terrestre e aéreo, bem como armamento ligeiro, nomeadamente AK-47. No âmbito do apoio às populações, as FA empregam os seus recursos humanos e materiais, nomeadamente, tendas e algumas ferramentas básicas. De acordo com os entrevistados, cerca de 67% afirmaram que algumas OMIP requerem meios técnicos como transportes (marítimo, terrestre e aéreo). As FA de Cabo Verde possuem ainda outras capacidades que podem ser utilizadas na realização das OMIP, nomeadamente controlo de tumultos, que podem ser empregues no âmbito da segurança e ordem pública e na proteção a altas entidades que podendo ainda ser empregues em atividades de alta visibilidade. Relativamente as infraestruturas existentes, metade dos entrevistados afirmaram que são adequados ao cumprimento dessas missões. Com a reforma das FA iniciada em 2001, as infraestruturas têm vindo a ser adequado ao cumprimento das OMIP, sendo, no entanto, um processo que demora tempo a ser implementado na sua totalidade. Relativamente aos meios necessários para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa, o Estado dispõe de instituições específicas e desenvolve instrumentos que deverão apoiar a sua ação estratégica. Quanto às FA, estas devem dispor de uma organização flexível e modular,



adequada aos modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças, privilegiando a interoperabilidade dos meios e, dispondo de capacidades crescentes de projeção e sustentação, comando, controlo, comunicações e informações, de acordo com a situação e as possibilidades do país (CEDSN, 2011).

Para responder à Questão Derivada n.º 3, Quais as principais vantagens e constrangimentos quanto à participação das FA na realização de Outras Missões Interesse Público? Foi levantada a seguinte hipótese *“As principais vantagens da participação das FA de Cabo Verde na realização de Outras Missões de Interesse Público são: aumentar a credibilidade das FA, colmatar limitações dos meios das FSS, aumentar as capacidades das FSS, evitar a duplicação de meios. Permite assim às as FA atuarem em outras aéreas além da defesa militar, nomeadamente na Segurança Interna, apoio às populações em tarefas relacionadas com a satisfação das suas necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida. Relativamente aos constrangimentos, constituem-se os seguintes: meios humanos insuficientes e com deficiente formação especializada, falta de treino conjunto com as FSS e de emprego integrado de meios militares.”* A hipótese confirma-se, já que para as FA as OMIP representam a credibilidade e prestígio. Como refere o Brigadeiro General Antero Matos, sendo Cabo Verde um país sem conflitos armados, estas missões constituem a única via para a sobrevivência das FA, permitindo às mesmas atuar em áreas não tradicionais e de clara visibilidade e utilidade social. Para Cabo Verde, como refere Anildo Morais (CEMFA), o termo “Duplo Uso” é o modelo que melhor se adapta à realidade do país. Regista-se ainda que 50% dos entrevistados afirmaram que a participação das FA em OMIP é uma mais-valia porque permite rentabilizar os recursos humanos e materiais, ou seja, eliminar a duplicação de meios, num país como Cabo Verde, com fracos recursos financeiros e naturais, é assim possível contribuir para o desenvolvimento do país e apoiar as entidades civis, permitindo colmatar a falta de meios e poupando recursos para outras atividades sociais, económicas e culturais.

Como refere o Ex-Ministro de Defesa Jorge Tolentino, os constrangimentos são antes de mais de natureza material, pelo que importa dispor (cada vez mais) de meios idóneos para esse fim. Neste contexto cerca de 67% dos entrevistados apontaram a necessidade de meios técnicos, tais como: meios de telecomunicações, transporte e radares, no caso da vigilância e fiscalização, busca e salvamento no espaço marítimo e aéreo sob a jurisdição nacional. Cerca de 67% dos entrevistados apontam a falta de recursos financeiros necessários ao funcionamento e a manutenção dos meios como um constrangimento da participação das FA na realização das OMIP. Por ultimo, 50% dos entrevistados apontaram a falta de pessoal,

muita das vezes com falta de formação adequada para cumprir da melhor forma essas novas missões.

Respondidas as questões derivadas, é agora possível dar resposta à Questão Central: **“De que forma as Forças Armadas de Cabo Verde podem colaborar com as entidades civis em Outras Missões de Interesse Público em prol da segurança e desenvolvimento de Cabo Verde?”** Num país como Cabo Verde, com as características que já foram mencionadas, é de extrema importância a abertura constitucional das designadas “Outras Missões de Interesse Público”, tendo em conta as vantagens mencionadas anteriormente. As FACV no contexto das OMIP, colaboram com diversas entidades civis, tais como as FSS, autarquias locais e empresas privadas que prestam serviços públicos, e em diferentes domínios, no âmbito da segurança interna, proteção civil e apoio à população.

A colaboração entre as FA e as FSS no âmbito da segurança interna, de acordo com dados das entrevistas, funciona normalmente. Contudo, alguns aspetos devem ser melhorados nomeadamente a nível da coordenação e articulação. Como refere o Diretor do COSMAR, Capitão-Tenente José Tavares, a colaboração é boa, apesar de ainda ser necessária uma maior articulação para que haja mais confiança e entrosamento, para isso é necessário mais treino, confiança entre as instituições e partilha de informação. Como refere o Brigadeiro General Antero Matos, há ainda que regulamentar e normalizar os aspetos mais importantes dessa colaboração. As FACV no âmbito da segurança interna, empregam todo o seu conhecimento e aptidão em tarefas relacionadas com a manutenção da segurança e ordem pública, proteção das infraestruturas críticas, vigilância e fiscalização e busca e salvamento do espaço marítimo sob a jurisdição nacional.

As FACV participam no SNPC, sendo-lhes conferido o estatuto de agente de proteção civil. Colaboram em missões de busca e salvamento, disponibilidade de equipamento e de apoio logístico, reforço de pessoal, evacuação médica e reconhecimento marítimo, terrestre e aéreo. Para facilitar essa colaboração torna-se necessário criar planos de emergência, facilitando assim a coordenação e articulação, uma vez que os planos são treinados e estabelecidos de acordo com a missão. As FACV como agente da proteção civil, dispõe de uma força que presta apoio nas operações de prevenção de acidentes e combate a incêndios.

No âmbito do apoio às autarquias locais, as FA colaboram em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria das condições de vida das populações. Como exemplo temos as campanhas promovidas pelas Autoridades Sanitárias. Para Cabo Verde, o emprego dos meios militares na segurança interna fortalece e maximiza o sistema de segurança nacional, contribuído assim para o desenvolvimento e a segurança do país.

Em suma, a realização de OMIP, pelas FACV requer meios técnicos como transportes terrestres, marítimo aéreas, radares e meios de telecomunicações, para poder responder cabalmente às missões que lhe estão atribuídas. O empenho do poder político é determinante, uma vez que estas missões têm repercussões políticas, estratégica e financeiras, ou seja, requerem investimentos, como por exemplo a instalação do Centro de Operação e Segurança Marítima em 2011 (orçado em 2.5 milhões de euros) que tem como objetivo assegurar o planeamento e a realização de operações no âmbito da segurança marítima, na ZEE e nas aéreas oceânicas sob responsabilidade nacional. Como se pode verificar, as FACV possuem algumas capacidades que lhe permitem cumprir cabalmente as missões lhes estão atribuídas no âmbito das OMIP. Por outro lado, apresentam algumas limitações, nomeadamente os reduzidos recursos humanos e materiais. A reforma das FA iniciada em 2001, teve como o objetivo o alargamento do papel das FA no contexto das OMIP, sobre tudo no âmbito da segurança interna, e na adequação das infraestruturas e da orgânica/estrutura ao cumprimento das OMIP. Estes aspetos são claros sinais da adaptação das FA nas designadas “Outras Missões de Interesse Público” sempre em prol da segurança e do desenvolvimento de Cabo Verde. Como vem plasmado no preâmbulo do CEDSN, o Estado de Cabo Verde assume a constante interoperabilidade das capacidades e dos meios das FA e das diversas instituições nacionais, contribuído assim para o prestígio dessas instituições e desenvolvimento do arquipélago.

## **5.2. Limitações de investigação**

A primeira limitação deve-se ao facto de Cabo Verde se situar a uma distância considerável, e não ter meios para me deslocar ao meu país. Uma vez que o tema aborda as FA de Cabo Verde, seria uma mais-valia e um excelente contributo para o trabalho, ter acesso a dados, entrevistas presenciais e contactos com militares e entidades civis de relevo para o tema tratado. O limite das páginas, o tempo disponível e o reduzido bibliografia nesta área foram igualmente limitações à realização deste trabalho de investigação.

## **5.3. Recomendações**

Como recomendações, uma vez que a maioria das OMIP se inscrevem no âmbito da segurança interna, seria uma mais-valia aprofundar o papel das FA no âmbito da segurança interna, em tarefas relacionadas com a manutenção da segurança e ordem pública. Também seria importante para eficiência e eficácia do emprego da força, analisar a coordenação e articulação entre as FA e as FSS (uma adequada articulação do sistema de forças ente as FA

e as FSS) e interligar a perspectivas das FA com as das FSS. Como pudemos constatar, que a principal constrangimento consiste na articulação e colaboração entre as FA e as FSS no âmbito das OMIP. Recomendamos assim uma analisar das doutrinas e procedimentos de treino conjunto, com vista a normalizar os aspetos mais relevantes dessa colaboração. Como desafios, propormos a criação de projetos que visam o desenvolvimento das FA, no âmbito da segurança, reequipamento das FA com meios modernos, e atualização doutrinaria com vista ao cumprimento das OMIP.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Legislação e Regulamentos**

- Academia Militar (2016). Norma de Execução Permanente n.º 522 (20Jan2016). Lisboa.
- American Psychological, (2014). Referencing Guide. (6th Ed.). Polytechnic West: library.
- Constituição da Republica de Cabo Verde (2010). Lei Constitucional n.º 1/VII/2010. Boletim Oficial, I Serie n.º 17- Quarta Revisão Constitucional.
- Constituição da República Portuguesa (2005). Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto. Diário da República, I Série – A N.º 155, 4642 – 4686 - Sétima Revisão Constitucional.
- Decreto Regulamentar n.º 5/99 de 21 de junho: Composição do Conselho Nacional de Proteção Civil. Boletim Oficial, I Série, n.º 21.
- Diretiva Operacional n.º 4/CEMGFA/2016 de 19 de janeiro: Participação das Forças Armadas em Ações de Proteção Civil.
- Governo (2011). Decreto-Lei n.º 25/2011 13 de junho: Lei Orgânica do Governo. Boletim Oficial, I Serie, n.º 20.
- Lei n.º 60/IV/92 de 21 de dezembro: Delimita as áreas marítimas de Cabo Verde.
- Ministério de Administração Interna (2007). Decreto-Lei n.º 30/2007. Boletim Oficial, I serie, n.º 41.
- Ministério da Administração Interna (2009). Plano Estratégico de Segurança Interna (2009/2011).
- Ministério de Administração Interna (2012). Lei n.º 12/VIII/2012 de 07 de março: estabelece as bases gerais da proteção civil. Boletim Oficial, I série, n.º 16.
- Ministério de Administração Interna (2015). Lei n.º 59/2015 de 24 de junho: Lei de segurança Interna. Diário da República, I Serie, n.º 121.

- Ministério de Administração Interna (2015). Lei n.º 80/2015 de 03 de agosto: Lei de Base de Proteção Civil (2015. Diário da República, I Série, n.º 149.
- Ministério de Defesa Nacional (1992). Despacho n.º MD 18/92 de 28 de março: Processo de instalação de Guarda Costeira Nacional. Boletim Oficial, I serie, n.º 13.
- Ministério de Defesa Nacional (2006). Lei n.º 89/VI/2006 de 09 de janeiro de 2006: Regime Geral das Forças Armadas. Boletim Oficial, I Série, n.º 2.
- Ministério de Defesa Nacional (2007). Decreto-Lei n.º 30/2007 de 20 de agosto: Estabelece a Organização e os quadros de pessoal das Forças Armadas. Boletim Oficial, I Série n.º 31.
- Ministério de Defesa Nacional (2009). Decreto-Lei n.º 51/2009 de 31 de dezembro: Estabelece a macroestrutura, a organização e as normas de funcionamento do MDN. Boletim Oficial, I serie, n.º 45.
- Ministério de Defesa Nacional (2009). Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 07 de junho: LOBOFA. Diário da República, I serie, n.º 129.
- Ministério de Defesa Nacional (2011). Decreto-Lei n.º 25/2011 de 13 de junho: Orgânica do Governo. Boletim Oficial I Série, n.º 20.
- Ministério de Defesa Nacional (2011). Resolução n.º 5/2011 de 17 de janeiro: Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. Boletim Oficial, I série, n.º 31.
- Ministério de Defesa Nacional (2012). Decreto-Regulamentar n.º 21/2012 de 07 de dezembro: estabelece as atribuições competências e organização da Guarda Nacional. Boletim Oficial, I Série n.º 66.
- Ministério de Defesa Nacional (2013). Decreto-Lei n.º 51/2013 de 20 de dezembro: Estabelece o Sistema de Segurança Nacional. Boletim Oficial, I série, n.º 69.
- Ministério de Defesa Nacional (2013). Resolução do Conselho de Ministro n.º 19/2013, de 5 de abril: Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Diário da Republica, I serie n.º 67.
- Ministério de Defesa Nacional (2014). Lei orgânica n.º 5/2014 de 29 de agosto: Lei da Defesa Nacional. Diária da República, I Série, n.º 166.
- Memorando de Segurança (2010). Resolução n.º 119/VII/2010 de 1 de março de 2010. Boletim Oficial, I serie n.º 8.

**Livros, Revista, Monografias**

- Boletim da Artilharia Antiaérea (2015). Artilharia Antiaérea Novos Desafios. n.º 15, 2º Série, outubro de 2015.
- Borges, J. V. (2016). Ameaças e Riscos Transnacionais. Perspetivas institucionais. In Feiteira et al, Ameaças e Riscos transnacional no novo Mundo Global. Porto: Fronteira Do Caos Editorares LDa.
- Borges, L. (2013). O emprego das Forças Armadas em conflitos assimétricos. Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Dias, C. M. M. (2005). Geopolítica: Teorização Clássica e Ensino. Lisboa: Prefácio.
- Elias, L. (2016). Criminalidade Transnacional Organizada. Paradoxos Conceptuais e Desafios Políticos e Operacionais. In Feiteira et al, Ameaças e Riscos transnacional no novo Mundo Global. Porto: Fronteira Do Caos Editorares LDa.
- Feiteira, A., et al (2016). Ameaças e Riscos transnacional no novo Mundo Global. Porto: Fronteira Do Caos Editorares LDa.
- Fortin, M. P. (2009). Fundamento e Etapas no processo de investigação. Lisboa: Lusodidacta.
- Kissinger, H. (2014). A Ordem Mundial. Alfragide: Editora: LeYa.
- Marconi, M. A., e Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Nunes, P. F. V. (2016). Ciberameaças e Quadro Legal dos Conflitos no Ciberespaço. In Feiteira et al, Ameaças e Riscos transnacional no novo Mundo Global. Porto: Fronteira Do Caos Editorares LDa
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciência Social. (5º Ed.). Lisboa: Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
- Santos, L. (2016). A Guerra no Meio de Nós. Lisboa: clube do Autor, S.A.
- Sarmento, M. (2013). Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, C. (2014). A participação das Forças Armadas na Segurança Pública em Cabo Verde: Que Colaboração? Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em ciências policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Lisboa.

Sousa, M., e Batista, C.S. (2011). Como fazer Investigação, Dissertação, Tese e Relatório (4ª ed). Lisboa: Pactor.

Telo, A., e Pires, N. L. (2014). Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação. Luanda: Damer Gráficas, SA.

### Sites consultados

Borges, J.V. (2013). As Forças Armadas na Segurança Interno: Mitos e Realidades. Acedido a 28 de março de 2016. Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=796](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=796).

Forças Armadas de Cabo Verde (2016). Guarda Costeira. In Portal das Forças Armadas. Acedido em 13 de maio de 2016 em <http://www.fa.gov.cv/index.php/guarda-costeira>.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Anuário de Cabo Verde 2015. Acedido a 12 de abril de 2016 em [www.ine.cv](http://www.ine.cv).

Ministério de defesa Nacional (2016). In Portal. Disponível em <http://www.defesa.gov.cv/>.

Neves, J. (2015). As Forças Armadas e as Missões de Interesse Público. Lisboa: Jornal de Defesa. Acedido em 10 de março de 2016 em [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal).

Vicente, P. A. R. (2011). Lição Inaugural: As Forças Armadas e a Segurança Interna. Acedido em 12 de abril de 2016 em <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/Licao%20Inaugural.pdf>.

RIO+20. (2012). Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável (Relatório à conferência RIO+20). Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://docplayer.com.br/1502120-Cabo-verde-no-contexto-do-desenvolvimento-sustentavel.html>.

Rodrigues, R. (2015). O papel das Forças Armadas na Segurança Interna. Conferencia na Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa: Jornal de Defesa. Acedido a 28 de outubro de 2015. Disponível em [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20162%20281015%20seguranca%20interna.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20162%20281015%20seguranca%20interna.pdf).

Portal das Forças Armadas de Cabo Verde consultado em [www.defesa.gov.cv/index.php/contactos-forcas-armadas](http://www.defesa.gov.cv/index.php/contactos-forcas-armadas).



## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A-** Capacidade das Forças Armadas no âmbito da colaboração com FSS.

Capacidades de dissuasão para desencorajar ameaças;  
 Capacidades de reposição do controlo do território e da autoridade do Estado, em caso de efetivação da agressão;  
 Capacidade de resposta rápida, na perspetiva de atuação em qualquer parte do território nacional e, justificando-se além-fronteiras;  
 Capacidade de vigilância e controlo do território nacional e dos espaços aéreo e marítimo, sob responsabilidade nacional;  
 Capacidade de, em colaboração com forças amigas, proteção e evacuação de cidadãos nacionais, em áreas de tensão ou crise;  
 Capacidades de busca e salvamento, de fiscalização da zona económica exclusiva e de participação no Sistema Nacional de Proteção Civil;  
 Capacidade para, em colaboração com a polícia, participar na prevenção e combate ao crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal;  
 Capacidade para, em colaboração com Polícia e outras autoridades competentes, participar na segurança pública e na proteção ambiental e defesa do património natural;  
 Capacidade para, em colaboração com a Polícia, na ordem interna, e em estreita relação com a comunidade internacional, ordem externa, prevenir a fazer face às ameaças terroristas;  
 Capacidade de participação em missões de apoio à paz e humanitárias, nomeadamente no quadro das Nações Unidas e de outras organizações internacional e regionais mandatadas;  
 Capacidade para colaborar com comunidade internacional na prevenção da proliferação de armas de destruição massiva;  
 Capacidade para realizar e implementar acordos bilaterais e multilaterais na área da defesa, e desenvolver ações de Cooperação militar;  
 Capacidade de, sem prejuízo das missões principais, realizar outras missões de interesse público;

**Fonte:** CEDSN, 2011.

**APÊNDICE B – Carta de Apresentação****ACADEMIA MILITAR****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

No âmbito de Tirocínio para Oficiais na Academia Militar de Portugal, eu Aspirante Oficial Aluno Adilson Fernandes Lopes, da Republica de Cabo Verde, encontro-me a frequentar o curso de formação de oficiais do quadro permanente do Exército na especialidade de Artilharia, no quadro da Cooperação Técnico-Militar entre Cabo Verde e Portugal.

No âmbito do trabalho final de Dissertação de Mestrado encontro-me a desenvolver um estudo sobre “As forças Armada de Cabo Verde: Missões de Interesse Público e a colaboração com entidades civis”, tendo como orientador o Tenente-Coronel (Doutor) de Infantaria Luís Manuel Brás Bernardino, professor na Academia Militar. O objetivo deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) consiste em analisar as atuais as Missões de Interesse Público (MIP) imputadas às Forças Armadas (FA) de Cabo Verde, identificando a sua importância e a interação entre as FA e os colaboradores civis neste domínio. Para tal será efetuado um breve enquadramento sobre a organização/estrutura das Forças Armadas de Cabo Verde, de modo a podermos identificar as suas capacidades e vulnerabilidades, seguida da análise das missões que presentemente lhe estão atribuídas, de modo a enquadrar as MIP, identificando ainda as entidades civis que participam nesta tipologia de missões. Por fim será analisada a colaboração entre as Forças Armadas e as entidades civis. Este estudo permite obter uma perspetiva futura para o emprego das Forças Armadas, no domínio da colaboração com as entidades civis e da melhoria da qualidade de vida das populações, revestindo-se de especial importância no atual contexto nacional.

Em favor de uma melhor compreensão e identificar a importância das Outras Missões de Interesse Público para segurança e desenvolvimento de Cabo Verde, a participação de V. Ex.<sup>a</sup> é de uma enorme importância. Necessitaremos ainda da autorização da V. Ex.<sup>a</sup>, para a publicação do mesmo no trabalho final.

**APÊNDICE C – Guião de Entrevista A****Guião de Entrevista****Identificação do Entrevistado****Nome Completo****Cargo/ Função****Posto/ Profissão****Data****Local da Entrevista****Suporte**

**Questão 1-** No nº 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?

**Questão 2-** Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Questão 3-** Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?

**Questão 4-** Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?

**Questão 5-** Tendo em conta as infraestruturas e a Organização, estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?

**Questão 6-** O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?

**Questão 7-** Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, é mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Questão 8 -** Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?

**Questão 9-** O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e a Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?

Grato pela atenção e o tempo que disponibilizou a responder a este inquérito que é importante para o TIA e pensamos que também para o futuro de Cabo Verde.

## APÊNDICE D – Guião de Entrevista B

### Guião de Entrevista B

#### Identificação do Entrevistado

**Nome Completo**

**Cargo/ Função**

**Posto/ Profissão**

**Data**

**Local da Entrevista**

**Suporte**

**Questão 1** – Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Questão 2** – O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?

**Questão 3** – Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças e Serviços de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?

**Questão 4** – O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesas para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e a Formação, como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?

**APÊNDICE E – Caraterização dos entrevistados**

<b>E N.º</b>	<b>Nome/ Posto/Profissão</b>	<b>Cargo/ Função</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
<b>E N.º 1</b>	Brigadeiro General Antero Matos-	Ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ex-Conselheiro de Segurança Nacional; Consultor no Departamento de Paz e Segurança da Comissão da União Africana	Addis Abeba	04/05/2016
<b>E N.º 2</b>	Tenente-Coronel Anildo Moraes	Comandante da Guarda Nacional	Cabo Verde - S. Vicente	07/05/2016
<b>E N.º 3</b>	Capitão de patrulha Armindo António da Graça	Estudante na Naval War College	EUA	08/05/2016
<b>E N.º 4</b>	Capitão Carlos Gomes Dias	Ajudante de Campo do Ministro de Defesa Nacional	Cabo Verde Praia	13/05/2016
<b>E N.º 5</b>	Ministro Jorge Homero Tolentino Araújo	Ministro de Relação Exterior e ex-Ministro de Defesa Nacional	Cabo Verde- Praia	11/05/2016
<b>E N.º 6</b>	Capitão-Tenente José Maria Lopes Tavares	Diretor do COSMAR	Cabo Verde- Praia	24/05/2016
<b>E N.º 7</b>	Professor (Doutor) André Corsino Tolentino	Embaixador reformado, professor e investigador nas temáticas das migrações e integração regional	Cabo Verde- Praia	6/05/2016

**APÊNDICE F-** Transcrição da entrevista n.º 1: Brigadeiro General Antero matos, consultor no Departamento de paz e Segurança da Comissão da União Africana.

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** Antero Matos

**Cargo/ Função:** Ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ex-Conselheiro de Segurança Nacional; Consultor no Departamento de Paz e Segurança da Comissão da União Africana

**Posto/ Profissão:** Brigadeiro (Ref)

**Data:** 04 de Maio de 2016

**Local da Entrevista:** Addis Abeba

**Suporte:** *Online*

## **RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1** – No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanado as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?

**Resposta 1** - A Constituição da República de Cabo Verde define uma série de missões das Forças Armadas, para além da execução da componente militar da defesa nacional e da declaração do estado de sítio ou de emergência e da defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional que podem ser incluídas no âmbito de missões de interesse público, a saber:

- Vigilância e fiscalização do espaço aéreo e marítimo nacional, designadamente no que se refere à utilização das águas arquipelágicas, do mar territorial e da zona económica exclusiva;
- Operações de busca e salvamento;
- Proteção do meio ambiente e do património arqueológico submarino;
- Prevenção e repressão da poluição marítima, do tráfico de estupefacientes e armas, do contrabando e outras formas de criminalidade organizada;
- Colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações;



- Participação no sistema de proteção civil.

Para sublinhar que as citadas missões não esgotam o leque das tarefas que, nesse âmbito, podem ser executadas pelas FA, a Constituição da República lhes atribui ainda o desempenho de “**outras missões de interesse público**”, remetendo para a lei a sua especificação. De entre este leque de missões a única que não é realizada pelas FA é a vigilância do espaço aéreo nacional. Julgo ser facilmente compreensível que a execução desta missão exige meios técnicos que não estão disponíveis nas FA e tão cedo estarão, atendendo tanto ao elevado custo da sua aquisição como às enormes exigências da sua operação e manutenção, do ponto de vista dos recursos humanos, materiais e financeiros. Outrossim, existem instituições apetrechadas e capacitadas para o cumprimento desta missão, se bem que não cabalmente. A colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações, não sendo orgânica, é uma missão que as FA cumprem supletivamente, decorrendo daí a sua irregularidade. Contribui para isso o facto de as FA terem uma utilização bastante intensiva nas demais missões mas, sobretudo, por não existirem unidades orgânicas vocacionadas e equipadas para tal como, por exemplo, uma unidade de engenharia. Uma importante missão que as FA vêm cumprindo e que pode ser enquadrada na categoria de outras missões de interesse público é a colaboração na manutenção da segurança e ordem pública em apoio à Polícia Nacional, em situações específicas e quando solicitadas por esta. Ainda nesta categoria pode ser também incluída a proteção de infraestruturas críticas, por lei atribuída à Guarda Nacional e que tendencialmente poderá vir a constituir-se, em termos práticos, numa das principais missões das FA. Para apreciar a importância para o país das missões de interesse público que as FA vêm cumprindo bastará lembrar que grande parte delas representa funções específicas do Estado para as quais não existem outras instituições para as realizar ou as instituições existentes não têm capacidade para as realizar plenamente, fazendo das FA um instrumento indispensável para a prossecução de outras funções do Estado que não a defesa militar.

**Questão 2 – Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 2** - Dependendo do domínio de intervenção das FA variam os diferentes parceiros, em regra, entidades cuja função essencial seja o cumprimento da missão objeto de atuação das FA. Assim, aparecem instituições como a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, a Autoridade Marítima, a Autoridade Aeronáutica, a Direção Geral das Pescas, a Direção

Nacional do Ambiente e o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros como entidades com as quais as FA colaboram, na maior parte das vezes em regime de permanência, na realização das missões de interesse público. Circunstancialmente as FA realizam missões de interesse público em parceria com as Câmaras Municipais, outros serviços do Estado, designadamente os serviços de saúde pública, bem como com empresas públicas e privadas que prestam serviço público, como por exemplo empresas de segurança *aérea, de produção e distribuição de água e energia elétrica e de telecomunicações*.

**Questão 3 – Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?**

**Resposta 3** - A realidade estratégica de Cabo Verde, como uma conjugação da situação nacional e da envolvente internacional, apresenta uma série de ameaças à segurança nacional. Do estudo dessas ameaças que são essencialmente externas e de natureza global, mas com profunda incidência na situação interna, o **Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional** procedeu à sua sistematização, partindo da avaliação da sua relevância e probabilidade de ocorrência. Destacaria aqui as que podem requerer uma resposta com o envolvimento das FA. Em primeiro lugar aparece a clássica ameaça de **agressão externa**. Não obstante a relevância desta ameaça, a probabilidade da sua ocorrência é muito baixa no cenário atual. O **narcotráfico**, o **tráfico de armas e de pessoas** e a **criminalidade organizada** são encarados como formas subtis de agressão externa e, simultaneamente, ameaças internas dirigidas contra o Estado e a sociedade. O **terrorismo**, uma das mais graves ameaças à segurança internacional, é considerado como tendo probabilidade de ocorrer no espaço nacional. A **pirataria marítima** e as **atividades ilícitas no mar** é outra ameaça relevante que prejudica o desenvolvimento do Estado. A **proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição maciça** é também uma séria ameaça, sobretudo atendendo à possibilidade da sua detenção por entidades não estaduais. De entre estas ameaças são o narcotráfico e a criminalidade organizada as que ocorrem com mais frequência e, por conseguinte, mais preocupações têm trazido ao Estado e à sociedade.

**Questão 4 – Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - As respostas das FA às missões atribuídas no quadro do interesse público dependem das capacidades existentes tanto em recursos humanos como em meios

técnicos e financeiros. Julgo ter abordado o problema relativo aos recursos humanos na resposta anterior (nº 5). Quanto aos recursos financeiros, sendo insuficientes para as necessidades próprias das FA terão, em regra, que ser propiciados pela entidade beneficiária da colaboração. Contudo, atendendo ao carácter orgânico de certas missões de interesse público estas poderão ter uma consignação orçamental que permite às FA o seu cumprimento com recurso a meios próprios ou então partilhar os custos decorrentes da missão. Algumas missões de interesse público requerem a utilização de meios materiais, concretamente de meios técnicos. Geralmente são as missões neste quadro que podem ser classificadas de orgânicas porque existem estruturas próprias para o seu cumprimento.

Neste caso, falar dos meios técnicos necessários para a execução das atividades enquadradas nestas missões é também referir às capacidades existentes nas FA. Aludimos concretamente a meios de comunicações e de transporte terrestre, embarcações, aeronaves e outros equipamentos técnicos específicos das unidades militares. Resumindo, os constrangimentos existentes relativamente às capacidades das FA realizarem tais missões de interesse público são os mesmos para que se possam desincumbir das suas missões específicas.

**Questão 5 – Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são as mais adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - A reforma iniciada a partir de 2001 tem visa essencialmente a reconfiguração e adequação das FA para o cumprimento de missões outras que não apenas a defesa militar. Estas missões genericamente do âmbito da segurança interna não têm sido características de forças armadas estruturadas mediante o modelo clássico para enfrentar o inimigo externo. Não sendo missões tradicionalmente do âmbito militar são normalmente exercidas por instituições civis, muitas das vezes de carácter policial. Não porque a defesa militar não seja do interesse público, porquanto nada é mais do interesse da nação do que garantir a independência, a soberania e a integridade territorial do país, mas essas missões exercidas por instituições civis a que nos vimos referindo e para as quais as FA estão sendo preparadas com a reforma da instituição, são também designadas por missões de interesse público. Em consonância com a reforma das FA a sua organização vem sendo paulatinamente adequada ao cumprimento dessas novas missões. Para começar, a sua estruturação em dois ramos nada clássicos – a Guarda Nacional e a Guarda Costeira –

constitui o mote para que a organização, a jusante, das unidades territoriais reflita esta nova realidade. Ainda antes, a extinção da Marinha de Guerra nos finais dos anos oitenta e a criação de uma unidade de Guarda Costeira nos anos noventa constituíram passos evidentes para a adequação das FA para o cumprimento de missões de interesse público.

As missões da Guarda Costeira são essencialmente viradas para o interesse público não existindo no país outra instituição que concorra com ela na maior parte dessas missões. Por outro lado, assiste-se a uma assunção por este ramo das FA de tarefas que tradicionalmente eram executadas por outros serviços da administração civil do Estado com o propósito de otimização das valências da Guarda Costeira. A completa substituição das unidades de Infantaria pelo corpo da Polícia Miliar, bem como a previsão orgânica de unidades de fiscalização costeira são também claros sinais da adequação da Organização das FA para o cumprimento de missões do interesse público. A adequação orgânica pressupõe, também, adequação em termos de infraestruturas cuja evolução tem sido menos rápida por exigir um nível de investimentos bastante mais elevado. Contudo, não restam dúvidas de que as FA deverão aprofundar a sua adequação orgânica e de infraestruturas para poderem capacitar-se para responder cabalmente às novas missões que lhes estão sendo atribuídas.

**Questão 6 – O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesa, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - A designação “Duplo uso” não é correntemente utilizada em Cabo Verde para referir a dupla destinação das FA – segurança externa, por um lado e por outro, segurança interna e outras missões de interesse público. No entanto, o modelo “Duplo uso” é o que vem sendo perseguido com a reforma das FA. Em consonância, vêm sendo introduzidas alterações tanto no treinamento das tropas no geral, como na formação profissional dos quadros atuais e no perfil profissional dos chamados a integrar a instituição.

A incidência dessas mudanças depende de fatores vários, sendo relevantes os meios financeiros e materiais alocados e a compatibilização da legislação, entre outros. Neste pormenor, um papel importantíssimo cabe às chefias das FA cuja ação poderá beneficiar ou prejudicar o processo de transformação, dependendo do grau de assimilação do imperativo e do sentido da reforma das FA. É evidente que o empenhamento do poder político na

transformação das FA é determinante. Se num primeiro momento terá sido importante a iniciativa da mudança a partir das próprias FA, a sua prossecução só será viável se houver firme determinação dos competentes órgãos de soberania que deverão imprimir o sentido e a profundidade da transformação. Face à conjuntura internacional em que o mundo vive de ausência de conflitos armados entre Estados e à situação económica e social do país caracterizada pela debilidade da economia e, consequentemente, por uma constante escassez de recursos e crescentes e prementes necessidades a suprir, o modelo de destinação dupla das FA em Cabo Verde não só é de grande utilidade social como será, porventura, a única via para a sobrevivência das próprias FA.

**Questão 7 – Tendo em conta o contexto de Cabo, é uma mais-valia a colaboração a Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 7** - A partir da segunda metade dos anos oitenta instalou-se nas FA um sentimento de descrédito no futuro da instituição face à diminuição progressiva do seu protagonismo social e político e à clara perceção de que a sua utilidade social era questionável e não merecedora do reconhecimento da sociedade. Esta situação foi, aliás, um dos pressupostos internos da reforma das FA. Hoje, após as transformações ocorridas, que permitiram que as FA pudessem atuar em áreas não tradicionais em estreita colaboração com instituições civis desenvolvendo ações de bastante visibilidade, a utilidade social das FA tem merecido especial reconhecimento que lhe valeu, segundo estudos de opinião realizados depois de 2010, a classificação de instituição nacional em que os cidadãos mais confiam. Portanto, não é mera opinião pessoal, mas sim uma constatação da mais-valia que constitui para as FA a colaboração com entidades civis em missões de interesse público.

**Questão 8 – Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 8** - O relacionamento entre as FA e as forças e os serviços de segurança e de aplicação da lei com os quais colabora no desempenho de missões de interesse público é saudável. É claro que existem altos e baixos nesse relacionamento e nem sempre é igual, variando com as instituições e até com a mesma instituição, dependendo das pessoas que as dirigem. Esta realidade irá perdurar no tempo porque a colaboração institucional é assim mesmo, isto é, não obstante ter uma existência objetiva depende também de fatores

subjetivos. Contudo, à medida que se for clarificando o quadro da colaboração entre as diversas instituições ela tenderá a aprofundar-se e a solidificar-se. Portanto, a via a seguir deverá ser a da persistência na colaboração institucional e da regulamentação de todos os seus aspetos passíveis de serem postos claramente em normas e procedimentos. O conhecimento mútuo da natureza e do funcionamento das instituições, bem como a interação dos seus integrantes a nível extraprofissional podem contribuir, também, para uma melhor cooperação e colaboração institucionais.

**Questão 9 – O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**Resposta 9** - Assistiu-se na primeira década deste milénio a transformações expressivas no domínio da segurança e defesa em Cabo Verde, sendo de se assinalar a reforma das FA e a adoção, pela primeira vez, de um Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. A reforma das FA cujos fundamentos foram projetados ainda em 2001 começou a ser implementada a partir de 2003, embora os seus diplomas enformadores tenham conhecido a luz do dia só a partir de 2006 com a aprovação da Lei nº 89/VI/2006, que define o Regime Geral das FA e do Decreto-Lei nº 30/2007, de 20 de Agosto, que estabelece a Organização e os Quadros das FA.

O objetivo principal da reforma é o de alargar o papel das FA, transformando-as no sentido de aumentar a sua eficácia e de capacitá-las para o exercício de outras funções do Estado. Estas funções devem ser transpostas em missões legalmente atribuídas. O interessante é que as designadas novas missões das FA de que muito se tem falado não são completamente novas, sendo na maior parte das vezes a transladação das missões já plasmadas na Constituição da República ou então delas decorrentes. Os referidos diplomas legais vieram pontualizar as missões que dão corpo às novas funções que as FA devem passar a exercer, reorganizá-las para o efeito e projetar os quadros de pessoal para a implementação do processo. Fizeram o fundamental.

A partir daí necessário se tornava trabalhar as outras dimensões da reforma – as pessoas (educação, treino e liderança), a tecnologia (equipamento e instalações) e a doutrina, processo que se prolonga no tempo mas que não pode ser interrompido. Passados oito anos

sobre a publicação do essencial dos instrumentos de organização – os decretos-regulamentares das diferentes unidades orgânicas – infelizmente muito pouco se fez para a continuidade da reforma das FA, podendo esta ter sido comprometida.

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 05/2011, de 17 de Janeiro, começou a ser elaborado ainda antes de 2005 encontrando-se, por isso, em linha com as orientações que nortearam a reforma das FA. Primeiro instrumento de planeamento estratégico neste domínio, o CEDSN traçou os princípios doutrinários que trespassam a política de segurança e defesa do governo e emanou as principais orientações para a sua implementação. De forma clara identificou as ameaças e os interesses nacionais e fez o levantamento dos recursos e meios. Com base na unicidade da estratégia global do Estado para a segurança e defesa o CEDSN defendeu a integração dos principais vetores da segurança e defesa e lançou as bases para a definição da arquitetura da segurança nacional. Subsequente ao CEDSN deveriam ter sido elaborados as estratégias sectoriais que possibilitariam a concretização das principais orientações nele contidas o que, infelizmente, não foi feito, impondo-se agora a sua revisão, em razão de alteração substancial de algumas premissas que orientaram a sua elaboração.

**APÊNDICE G- Transcrição da Entrevista n.º 2: Tenente-Coronel Anildo Morais  
comandante da Guarda nacional.**

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** Anildo Morais

**Cargo/ Função:** Comandante Guarda Costeira

**Posto/ Profissão:** Tenente-Coronel

**Data:** 07 de maio de 2016

**Local da Entrevista:** Cabo Verde

**Suporte** *Online*

**RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1-** No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?

**Resposta 1** - As Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde são: A Busca e Salvamento, Fiscalização das Pescas na ZEE e nas zonas costeiras, Evacuação Médica, vigilância e proteção dos recursos do leito do mar, do subsolo marinho e património cultural subaquático, a preservação do meio marinho e combate a poluição

**Questão 2-** Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Resposta 2** - As entidades civis que colaboram com as FA na realização das Missões de Interesse Pública são: AMP, Capitania dos Portos, Polícia Marítima, Polícia Judiciária, Direção Geral dos Recursos Marinhos

**Questão 3-** Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?



**Resposta 3 - Pesca INN** – A capacidade de exercer o controlo marítimo, por parte do Estado Cabo-verdiano, como também de muitos países da nossa região, tem dificultado em muito, estes países beneficiar dos seus próprios recursos haliêuticos. Estudos conduzidos em 2005 pela Marine Resources Assessment Group do Reino Unido e cálculos efetuados pelo Centro de Estudos Estratégicos de África, Washington DC, sugerem que a pesca ilegal, custam ao continente Africano cerca de 370 milhões de USD, anualmente. A pesca INN também tem os seus efeitos nefastos na segurança alimentar. Dados da FAO indicam que o peixe representa uma boa parte do consumo de proteínas no país. Portanto, as famílias e os indivíduos são suscetíveis de serem afetadas diretamente através de disponibilidade reduzida de peixes nos mercados locais. A pesca INN também tem uma série de efeitos indiretos, incluindo a redução drástica dos rendimentos e perda de meios de subsistência das comunidades de pescadores.

Pirataria e/ou assaltos a mão armada - Não existe dados oficiais de pirataria nos mares de Cabo verde, mas esta ameaça está bem patente nos dois países vizinhos. Estas atividades ilícitas, tem um efeito direto na economia quer dos países afetados quer dos países vizinhos.

Tráfico de estupefacientes - A África Ocidental é afetada por uma combinação de fatores que a torna vulnerável ao tráfico de drogas, principalmente a sua localização geográfica, bem como a sua extensa linha costeira e fronteiras nacionais altamente penetráveis. A África Ocidental também está a testemunhar um aumento contínuo no abuso das drogas.

Poluição marítima e degradação ambiental - Poluição e a degradação ambiental são assuntos de grande importância nesta região. A pesca INN, existente indica que uma má gestão dos recursos haliêuticos na região da África Ocidental poderá levar ao esgotamento de estoque, adulteração do equilíbrio ecológico e uma grande degradação ambiental. A indústria do petróleo tem sido apontada como um grande poluidor, eliminação de resíduos domésticos e industriais de forma imprópria também representa uma ameaça significativa.

Tráfico humano - Reconhecendo a gravidade da questão do tráfico de humano, um bom número de estados da África, adotaram legislação adequada para lidar com o problema. O que é pertinente neste momento, é coordenar as atividades de combate ao tráfico entre os estados, a fim de alcançar a unidade de esforços. Para este fim, mecanismos transfronteiriços de multi-agências de cooperação precisam de ser trabalhados e implementados pelos principais intervenientes regionais.

**Questão 4- Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - Temos vindo a cumprir as Missões de Interesse Pública com muitas dificuldades, tendo em conta os poucos recursos disponíveis. Os principais constrangimentos têm a ver com falta de pessoal, verbas para o funcionamento e a manutenção dos meios.

**Questão 5- Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são mais adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - Penso que a estrutura existente é adequada para o cumprimento das missões de Interesse Público realizadas pelas FA. A partir de 01 de janeiro de 2016 o Comando da Guarda Costeira passou a ter a responsabilidade de coordenação das operações SAR, aeronáutico e marítimo, onde foi criado o Centro Conjunto de Coordenação de Salvamento ou JRCC (Joint Rescue Coordination Center) através do Decreto-lei 61/2015 de 05 de outubro

**Questão 6- O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesa, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - Penso que o modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas de Cabo Verde, num país com as nossas características é o modelo que melhor se adapta a nossa realidade. A Guarda Costeira como ramo das FA versada na componente aeronaval deverá possuir organização versátil, considerando os recursos disponíveis, com uma distribuição espacial por todo o território nacional. A Guarda Costeira deverá na composição do sistema de forças e do dispositivo do sistema de forças, possuir meios navais que permitam obter uma capacidade de intervenção oceânica e, como também, de lanchas rápidas para intervenção nos portos e litorais. A capacidade de projeção de forças e equipamentos a todo o território nacional e nas águas sob soberania ou jurisdição nacional.

Quanto aos meios aéreos é de se prever meios de asa fixas com capacidade de patrulhamento na ZEE e de asas móveis para intervenções em missões de interesse público.

**Questão 7** - Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Resposta 7** - A colaboração com entidades civis na realização das OMIP é uma mais-valia, pois sendo Cabo Verde um país com poucos recursos a interoperabilidade entre todos os agentes com responsabilidades nas diversas áreas de interesse público de funcionar de forma eficaz por forma a rentabilização dos recursos

**Questão 8** - Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?

**Resposta 8** - Dentro dos parâmetros estabelecidos considero que a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde funciona normalmente, contudo alguns aspetos a nível de coordenação e troca de informação devem funcionar de forma mais fluídica.

**Questão 9** - O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?

**APÊNDICE H – Transcrição da Entrevista n.º 3: Capitão de Patrulha Armindo da Graça, ex-comandante da Esquadrilha Naval**

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo** – Armindo António da Graça

**Cargo/ Função** -

**Posto/ Profissão** – Capitão de Patrulha

**Data:** 11 de maio de 2016

**Local da Entrevista:** EUA

**Suporte** – *Online*

**RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1 - No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanado as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?**

**Resposta 1** - As Forças Armadas atuam, em conjunto com a Polícia Marítima no combate à imigração ilegal, com a polícia judiciária no combate ao narcotráfico e com a Inspeção geral de pescas no combate à pesca ilegal. Todas essas missões enquadram-se na definição de missões de interesse público. Há outras missões, mas por serem menores não menciono.

**Questão 2 - Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 2** - Polícia Judiciária, Polícia Marítima. Inspetores de Pesca, Asa, Hospitais, entre outros.

**Questão 3 - Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?**

**Respostas 3** - No mundo global em que vivemos torna-se difícil tipificar as ameaças. No entanto, penso que as ameaças globais são as mais evidentes: Terrorismo (que um dia vai chegar...esta muito perto...Mali), imigração ilegal, pesca ilegal, narcotráfico, ou seja os crimes transnacionais.

**Questão 4 - Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - Há falta de pessoal com formação adequada para que TODAS as missões sejam desempenhadas cabalmente. No meu entender devia haver uma profissionalização mais alargada das Forças Armadas de Cabo Verde. Só assim conseguiríamos atingir os patamares almejados. (Quando muito quando a imagem das Forças Armadas está de rastos, com o acontecimento recente em Monte Txota)

**Questão 5 - Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - Não. Para ser franco apostaria mais numa Guarda Costeira bem apetrechada e um corpo de Operações Especiais na Guarda Nacional para fazer frente às ameaças no país. Cabo Verde não tem meios para fazer frente a uma operação de guerra com outro país. Eletrónica, antissubmarina, antiaérea, não há rigorosamente nada...assim devíamos concentrarmos nas ameaças que realmente existem e fazer o nosso povo sentir mais seguro.

**Questão 6 - O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesa, para fazer face a novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - As Forças Armadas de Cabo Verde têm um cariz dinâmico. Estão cientes que há que haver adaptação às mudanças, (...) sem essa não haverá Forças Armadas que resistam.

**Questão 7 - Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 7** - Claro que sim. As Forças Armadas não têm uma inteligência capaz de fazer um trabalho como se fazem nos exércitos mais desenvolvidos. Ademais a própria lei inibe as Forças Armadas de tomarem certas decisões. Assim, há que aproveitar as outras instituições e juntar sinergias para um objetivo comum.

**Questão 8 - Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 8** - As relações, no cômputo geral são boas, pese embora em alguns casos, interesses pessoais falem mais alto e, com isso, haja um menor empenho, senão obstáculo para o cumprimento da missão. (Cada um puxa a brasa à sua sardinha em alguns casos...quando devia ser o contrário...deveria haver o conceito de MISSION COMMAND que vigora nos Estados Unidos da América)

**Questão 9 - O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**APÊNDICE I - Transcrição da Entrevista n.º 4: Capitão Carlos Gomes Dias, ajudante de Ministro de Defesa Nacional.**

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** Carlos Gomes Dias

**Cargo/ Função:** Ajudante de campo de Ministro de Defesa Nacional

**Posto/ Profissão:** Capitão

**Data:** 13/05/2016

**Local da Entrevista:** Cabo Verde

**Suporte:** *Online*

**RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1- No n.º 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanados as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?**

**Resposta 1** - Para além das missões consagradas na Constituição da Republica, a Lei n.º89/VI/2006, retificada pela aLei n.º79/VIII/2015, estabelece as outras missões confinada as forças armadas. Relativamente a questão sobre a importância destas missões para o país, julgo que estas missões não só vêm enaltecendo ainda mais, a importância e a razão de ser das nossas forças armadas, como também, contribui para a garantir do bem-estar da nação, pois em muitos dos casos a atuação das forças armadas é no sentido de restabelecer as condições que garantem a estabilidade, a legitimidade democrática e o garante da liberdade das pessoas.

**Questão 2- Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 2** - Sobre esta questão ressalva-se que todas as missões de interesse público levado a cabo pelas forças armadas, é sempre em colaboração com outras entidades, ou seja, é as forças armadas que colaboram com eles, nomeadamente: Proteção Civil, Polícia

Nacional, Bombeiros, Camaras Municipais, Ministério de Saúde (Delegacias ou centro de saúde). Entre outras

**Questão 3- Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?**

**Resposta 3** - Hoje as ameaças são globais, no entanto, sou da opinião de que o tráfico de droga, a imigração ilegal e o crime organizado são as principais ameaças para a segurança nacional

**Questão 4 - Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - Na verdade em muitas situações devido a falta de alguns materiais, tem havido muitos constrangimentos, e muita das vezes leva a que algumas solicitações não sejam respondidas de imediato. Em termos de pessoal embora com algumas dificuldades temos conseguido dar vazão as diversas solicitações. Em termos de materiais temos sim, défice de materiais de apoios, como por exemplo viaturas de transporte de pessoal.

**Questão 5 - Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - Julgo que a atual organização das Forças Armadas não é adequada aos novos tempos, precisa sim, um estudo aprofundado e uma nova organização, visando ao cumprimento das novas demandas.

**Questão 6- O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesa, para fazer face novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - Sim seria uma boa opção. Alias as mudanças que se impõe estão relacionadas com uma nova abordagem, a respeito da instrução e treino, mas em termos de profissionalização o país, neste momento, não tem condições financeiras para avançar com a profissionalização das forças armadas. Deve-se sim, repensar que forças armadas queremos



e que o país precisa, com mais formações com critérios regidos de seleção e com melhores condições para todos.

**Questão 7- Tendo em conta o contexto de Cabo Verde, é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 7** - Sem dúvida, pois a participação das Forças Armadas nessas missões leva a que a sociedade mude de mentalidade em relação à importância das forças armadas, pois, várias são as vozes que vêm defendendo a extinção das forças armadas alegando a falta de utilidade e importância das FA para o país.

**Questão 8 - Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 8** - Inicialmente esta parceria não correu como o esperado e desejado, mas atualmente tem sido muito positivo. Todos os constrangimentos surgidos no início estavam relacionados com a ausência de uma lei que regulasse esta colaboração, ou seja não havia nada que delimitasse o campo de atuação das forças envolvidas o que motivou algum choque de opiniões. Um outro aspeto que estaria na base de alguma discórdia estava relacionado com a ideia da subordinação das forças armadas em relação às outras forças de segurança, mas com a delimitação de competências destas, as dificuldades foram ultrapassadas.

**Questão 9 - O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesas para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**Resposta 9** - Estes documentos, na verdade são de extrema importância para o bom funcionamento das FA. Os problemas das FA não estão relacionados com a inexistência de leis, mas sim com a falta ou má interpretação dessas leis. Pois nas FA as leis não são aplicadas, em muitos casos o que vigora é a vontade de quem tem o poder de decidir.

**APÊNDICE J** - Transcrição da Entrevista n.º 5: Doutor Jorge Tolentino Ministro de Relações Exteriores e ex-Ministro de Defesa Nacional.

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** Jorge Tolentino

**Cargo/ Função:** Ministro de Relações Exteriores

**Posto/ Profissão**

**Data:** 12 de maio de 2016

**Local da Entrevista**

**Suporte:** *Online*

**RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1- Questão 1 - No nº 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanadas as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?**

**Resposta 1-** Num país como Cabo Verde, pequeno e com limitações de diversa índole, é sobremaneira importante essa abertura constitucional a “outras missões de interesse público”. Primeiro, porque estabelece, numa sociedade de paz e em paz, uma relação de direta utilidade social com os cidadãos e, em segundo lugar, porque mantém a instituição militar alerta para desafios e ameaças que, tendo embora contornos diferentes, têm igualmente um potencial de risco para a estabilidade do país.

O “*Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*” aponta domínios em que tal interesse público pode revelar-se. Julgo que o domínio em que essa outra Ação das Forças Armadas tem sido mais evidente é o da Saúde e saneamento público, com intervenções regulares e participação decisiva nas campanhas promovidas pelas autoridades sanitárias. Aliás, a generalidade dos cidadãos percebeu essa direta utilidade das FA aquando da epidemia da Dengue, ocasião em que os Militares estiveram na primeira linha do combate a uma ameaça que, além de nova, revelou o quanto o país é frágil face a ameaças que não

conhecem fronteiras. De algum modo, as FA estão já, no imaginário social, associadas à luta pela saúde pública. Importa recordar que, na decorrência desse grande drama vivido em 2009, foi estabelecido o *Dia da Defesa Nacional* (6 de Novembro), justamente como um contexto para, anualmente, pela via de ações de educação e sensibilização, contribuir para elevar os níveis de entendimento e apropriação da Defesa Nacional como algo que diz respeito a todos.

**Questão 2- Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 2** - As entidades da área da saúde (autoridades sanitárias e outras), diferentes organizações não-governamentais, mas igualmente entes públicos aos níveis central e local.

**Questão 3- Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?**

**Resposta 3** - Em virtude da localização geográfica e da sua natureza arquipelágica, as principais ameaças são o narcotráfico, com toda a criminalidade organizada a ele conexas, o tráfico de armas e de pessoas, as epidemias e o terrorismo, este cada vez mais ativo na região oeste-africana.

**Questão 4- Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as Missões que lhe são atribuídas no quadro das Outras Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - Os constrangimentos são antes de mais de natureza material. Importa dispor de cada vez mais meios idóneos para esse fim. Por outro lado, dificuldades em meios humanos. Refiro-me à quantidade mas também ao seu adestramento para assumir e realizar da melhor forma essa nova geração de missões.

**Questão 5-Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - De um modo global, todo o modelo de organização das FA está sob questionamento. Urge, na verdade, repensar e encontrar um figurino que melhor responda às necessidades do país-arquipélago, numa relação correta entre os investimentos e os resultados, em especial resultados na luta contra as novas ameaças. Naturalmente que nesse

âmbito se encontrará o tratamento mais adequado para as OMIP. Na fase, entretanto, penso que a resposta tem sido positiva.

**Questão 6- O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesa, para fazer face as novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - Trata-se de uma opção correta. Acredito que o discurso político sobre a necessidade de especialização e profissionalização já está feito. Importa continuar a avançar decididamente nesse sentido. As mudanças nos planos de treino e de formação são consequências naturais. Não vejo que haja especiais dificuldades do lado das FA, pelo que certamente que continuarão a ser parte interessada e motivada num tal processo de reforma que, como é óbvio, não acontece de um só golpe.

**Questão 7- Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Publico?**

**Resposta 7** - Sem dúvida que se trata de uma mais-valia. Nessa relação as FA são obrigadas a questionar-se, a avaliar-se e a estar melhor preparadas par este novo feixe de desafios e ameaças. Trata-se de um terreno novo e é preciso adaptar-se a ele. E é fundamental que os militares saibam escutar a voz crítica das entidades civis, dos civis em geral. Em suma, uma oportunidade para as FA fortalecer-se enquanto instituição.

**Questão 8 - Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 8** - Parece-me que a colaboração tem acontecido normalmente. Ela é boa. Acredito que uma vertente que precisa ser melhorada rapidamente é a da articulação. Ao nível dos canais institucionais de comando estabelecidos e, sobretudo, pela regularidade na concertação no plano operacional. À medida que se reforça e se naturaliza a concertação, há ganhos que vêm na decorrência: ganhos de confiança e lealdade institucionais, partilha e

rentabilização de meios operacionais, melhor leitura e utilização das informações recolhidas por uns e por outros, enfim.

**Questão 9- O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação, como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**Resposta 9 -** O “Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional” faz uma leitura correta da realidade cabo-verdiana no atinente à Defesa e à Segurança Nacional, identificando ameaças e desafios e apontando linhas de orientação estratégica. O essencial que está nesse documento fundamental e pioneiro tem necessariamente de ir sendo complementado com outros instrumentos de orientação sectorial ou temática e até já mais operativos, bem como, sobretudo, tem de ser atualizado perante a evolução que se verifique na sociedade. Defesa e Segurança Nacional não são dimensões estáticas. A Reforma das Forças Armadas é um processo em curso, envolvendo uma componente institucional-legislativa (que precisa ser ainda completado, designadamente com peças de valor regulamentar), envolvendo alterações de procedimentos e normas de execução permanente e, acima de tudo, envolvendo mudanças no que se refere aos quadros de referência (valores, princípios, compreensão do papel das FA na sociedade). Ou seja, um processo pluridimensional que vai além do “pacote legislativo”. Julgo que o sucesso da Reforma depende da intensidade com que ele for sendo assumido pelas FA.

**APÊNDICE K-** Transcrição da Entrevista n.º 6: Capitão-Tenente José Lopes Tavares,  
Diretor de COSMAR.

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** José Mário Lopes Tavares

**Cargo/ Função:** Diretor do COSMAR

**Posto/ Profissão:** Capitão-Tenente

**Data:** 24 de maio de 2016

**Local** da Entrevista: Praia, Cabo Verde

**Suporte:** *Online*

**Questão 1 - No nº 1/2 Art.º 248 da Constituição da República de Cabo Verde vêm explanadas as Missões das Forças Armadas, em que as Outras Missões de Interesse Público (OMIP) poderão ser desempenhadas. Nesse contexto, quais as atuais Missões de Interesse Público desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) de Cabo Verde e a sua importância para o país?**

**Resposta 1-** Ao COSMAR incumbe assegurar o planeamento e a execução de operações no domínio da segurança marítima nos mares sob jurisdição nacional e na zona económica exclusiva.

Até ao final de 2015 tinha também como missão: Planear, coordenar e dirigir operações de busca e salvamento. Foi revogado pelo Decreto-lei nº 61/2015 onde passou a desempenhar o papel de Posto de Alerta, com a criação do Joint Rescue Coordination Center (JRCC) a funcionar junto ao comando da Guarda Costeira.

Apoiar as instituições nacionais ou estrangeiras envolvidas em ações de investigação cinética na área marítima sob a jurisdição nacional.

Cooperar com os organismos e serviços competentes em matéria de segurança marítima.

Garantir a fiscalização das áreas marítimas sob a jurisdição nacional.

O COSMAR tem sido de extrema importância para o país no que concerne às missões de interesse público, no tocante à segurança marítima. Missões essas relacionadas com fiscalização das atividades de pesca, poluição marítima, busca e salvamento, outros tipos de atividades ilícitas como o narcotráfico, imigração clandestina, controlos fronteiriços, etc. O COSMAR tem sido importantíssimo no controlo dos navios provenientes dos países afetados pelo vírus de Ébola, alertando as autoridades nacionais para a aplicação das medidas determinadas no âmbito da luta contra este vírus.

**Questão 2 - Quais as entidades civis que colaboram com as FA na realização das Outras Missões de Interesse Público?**

**Resposta 2** - Colaboram com o COSMAR nas missões de interesse públicos a Agência Marítima e Portuária, Polícia Judiciária, Polícia Marítima, A Direção geral dos Recursos Marinhos, O Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas, Polícia Nacional, entre outras agências estrangeiras.

**Questão 3 Quais as principais ameaças de natureza global que podem colocar em causa a Segurança Nacional?**

**Resposta 3** - As principais ameaças globais que podem colocar a segurança do país em causa são: O Narcotráfico, a pirataria, a pesca ilegal, tráfico de armas e de seres humanos, etc.

**Questão 4 – Relativamente ao pessoal e material, as Forças Armadas conseguem cumprir as missões que são atribuídas no quadro das Outra Missões de Interesse Público? Quais os principais constrangimentos?**

**Resposta 4** - As FA, em particular o COSMAR consegue cumprir com as suas missões nesse quadro, apesar de grandes limitações em termos do pessoal e de material. As principais limitações estão relacionados com falta de oficiais e de algumas capacidades materiais como informações radares.

**Questão 5 - Tendo em conta as infraestruturas e a Organização estas são adequadas para o cumprimento das Outras Missões de Interesse Público realizadas pelas FA?**

**Resposta 5** - No caso do COSMAR, sim.

**Questão 6 - O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face novas ameaças, sem deixar de ter em conta a**

**missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparadas para essa mudança? Considera que é uma boa opção?**

**Resposta 6** - A Guarda Costeira já funciona neste molde “Duplo uso”. Sem sobras para dúvidas que é uma boa opção.

**Questão 7 - Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é uma mais-valia a colaboração da Forças Armadas na realização Missões de Interesse Publico bem como a colaboração com entidades civis?**

**Resposta 7** - Sim. No caso particular da Guarda Costeira, que é a única instituição com capacidades de meios para garantir o cumprimento das missões no âmbito da segurança marítima.

**Questão 8 - Como caracteriza a colaboração entre as FA e as Forças de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 8** - A colaboração é boa, apesar de ainda ser necessário muito mais articulação para que haja mais confiança e entrosamento. É necessário mais treino e confiança entre as instituições parceiras, partilha de informações, etc.

**Questão 9 - O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação, como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**Resposta 9** - São dois grandes documentos pela importância que cada um apresenta, apesar de que no meu ponto de vista a reforma necessita ainda de ajustes principalmente ao nível da Guarda Costeira. O CSDSN constitui um documento estratégico fundamental, contudo, falta a criação e implementação das medidas internas, com vista a sua implementação.



**APÊNDICE L** - Transcrição da Entrevista n.º 7: Professor Doutor Corsino Tolentino, professor e investigador nas temáticas das migrações e integração regional.

**Identificação do Entrevistado**

**Nome Completo:** André Corsino Tolentino

**Cargo/ Função:** Embaixador reformado

**Posto/ Profissão:** Professor e investigador nas temáticas das migrações e integração regional

**Data:** 6 de Abril de 2016

**Local** da Entrevista: Praia, Cabo Verde

**Suporte:** *Online*

## **RESPOSTAS À ENTREVISTA**

**Questão 1** – Tendo em conta o contexto de Cabo Verde é uma mais-valia a colaboração das Forças Armadas com entidades civis na realização das Outras Missões de Interesse Público?

**Resposta 1** - Acho absolutamente necessárias as FA colaborarem com entidades civis na realização de missões de interesse público, tais como, segurança pública, proteção civil, operações de combate às epidemias e educação geral e cívica. A questão de fundo é o uso eficiente das FA.

**Questão 2** – O modelo de “Duplo Uso” é um termo já utilizado no seio das Forças Armadas Portuguesas, para fazer face novas ameaças, sem deixar de ter em conta a missão principal. Por conseguinte isso levaria a mudanças no Treino, na Formação e Profissionalização. As Forças Armadas estão preparados para essa mudança? Considera que é uma boa opção?

**Resposta 2** - Em Cabo Verde, os fracos recursos económicos devem obrigar a uma comparação constante e rigorosa dos custos com os benefícios esperados. Por outro lado, a liderança tem de ser baseada no conhecimento e numa ética ainda pouco visível e menos sustentável. Sublinhe-se que a colaboração entre as FA e as instituições da sociedade civil não pode ser contra a disciplina e o prestígio das FA. Deve reforça-los.

**Questão 3 – Como caracteriza a colaboração entre as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança em Cabo Verde? Quais considera serem as principais dificuldades e como as ultrapassar neste contexto?**

**Resposta 3** - As principais dificuldades são duas: a liderança política tem sido ineficaz e a preparação científica e técnica das FA é deficiente. Precisa-se de maior integração e interação do sistema das FA e da governação do país.

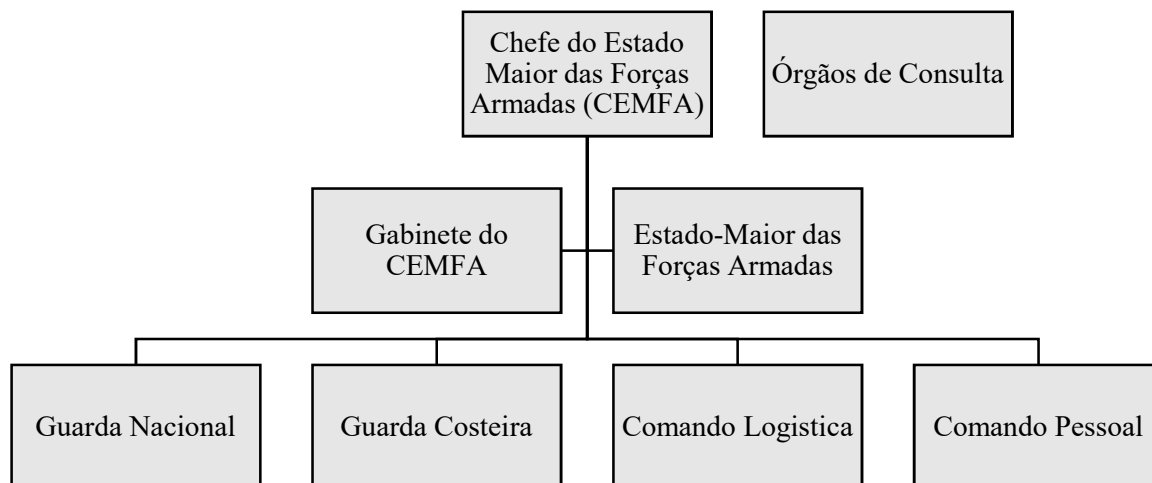
**Questão 4 – O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CSDSN) é um documento que aborda aspetos fundamentais da estratégia da segurança e defesa para o desenvolvimento de Cabo Verde. A reforma de 2011 das Forças Armadas, veio colmatar alguns problemas no seio das FA no que toca à Missão, Organização e Formação. Como caracteriza esses dois documentos e qual a sua opinião sobre este tema?**

**Resposta 4** - Não tenho opinião sobre o valor desse documento, porque foi elaborado sem debate genuíno com a sociedade civil, não o conheço e pouca gente sabe o que é o interesse nacional e qual é o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional que temos. O documento é apenas uma formalidade que existe porque todas as nações devem ter um, mais nada.

Grato pela atenção e o tempo que disponibilizou a responder a este inquérito que é importante para o TIA e pensamos que também para o futuro de Cabo Verde. **Foi com prazer. Boa sorte e que dê um bom contributo às FA e a Cabo Verde.**

## **ANEXOS**

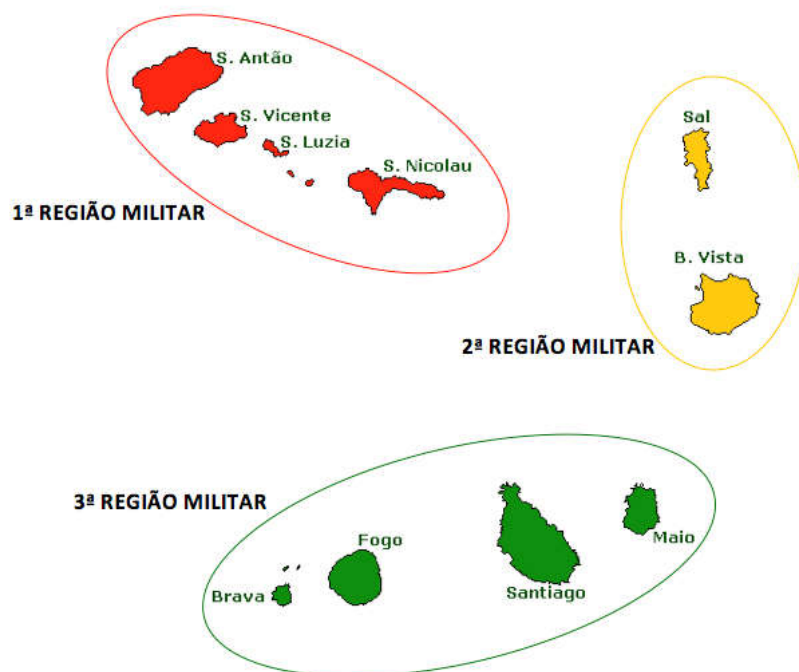
## ANEXO A: Organograma das Forças Armadas de Cabo Verde



**Figura 2:** Organograma das Forças Armadas de Cabo Verde.

**Fonte:** Portal do Ministério de Defesa Nacional. Disponível em <http://www.defesa.gov.cv/index.php/organograma>.

## ANEXO B: Comandos Territoriais



**Figura 3:** Comandos Territoriais

**Fonte:** Portal do Ministério de Defesa Nacional. Disponível em <http://www.defesa.gov.cv/index.php/regioes-militares>.